

SUMÁRIO

ARTIGO



FRANCISCO CAPUANO SCARLATO

"Este jovem, recém egresso dos bancos escolares do Ensino Médio, muitas vezes chega à Universidade com uma visão idealizada da mesma e pouca clareza sobre o que o curso escolhido poderá lhe oferecer como possibilidade de realização daquela expectativa." (pag. 2)

Faculdade de Filosofia completa 70 anos (pag. 3)
por DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

EDITORIAL

Editorial (pag. 2)

SEMANA DE RECEPÇÃO AOS CALOUROS



PROF. DR. OCTÁVIO IANNI

Contraponto entre Ciência e Arte, tema da Aula Magna de Octávio Ianni por Rodolfo Vianna (pag. 4)

Você está convidado para a Semana de Recepção aos Calouros (pag. 5)



ZILDA IOKOI
Coordenadora do LEI

"Quando se assume o poder, se sobrepõe a cultura dominante sobre as demais, e o poder passa a ser exercido com o monopólio da violência. Está, deste modo, criada a intolerância!" (pag.5)

DIVERSIDADE SEXUAL NA UNIVERSIDADE.

"A exibição do filme *Em nome do Homem*, de Cristiano A. Abreu, como atividade conjunta entre o LEI e o Grupo Prisma, compõe um processo inicial significativo de iluminar por um viés acadêmico o debate sobre a intolerância às diversas manifestações sexuais" por DÁRIO NETO (pag. 10)



ROBERTO BOLZANI FILHO

"Se perguntarmos aos vários tipos de intelectuais o que significa ser racional, veremos que não há concordância plena e que há, na verdade, muita discordância." (pag. 10)

ESPAÇO MEMÓRIA



70 anos de USP, 70 anos de FFLCH: Sessão Solene do Conselho Universitário no Palácio dos Bandeirantes (pag. 13) por RODOLFO VIANNA

Título de Professor Emérito (pag. 15)



SEGISMUNDO SPINA

"costumo dizer que sou do mato, de uma cidadezinha chamada Itajubi, entre Catanduva e Rio Preto" (pag. 16)

JOSÉ ADERALDO CASTELLO



"Eu vim do Ceará para São Paulo em janeiro de 1940, para cursar a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, mas desistia deste objetivo inicial ao tomar conhecimento da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da USP" (pag.19)



OSWALDO PORCHAT

"Conseguimos tomar a UEE das mãos da direita, mas a UNE continuou nas mãos de uma certa direita, até que anos mais tarde a esquerda tomou conta da UNE, onde permanece até hoje" (pag. 22)



BORIS CHNAIDERMAN

"Antes de ser contratado, lutei na 2ª Guerra Mundial, na Força Expedicionária Brasileira" (pag. 25)



JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES

"...a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras teve um papel fundamental na formação de uma nova consciência política no Estado de São Paulo." (PAG. 27)



FRANCIS HENRIK AUBERT

Obviamente ninguém se lança a Vice-Diretor sem antes ter conversado com o Diretor..." (pag. 28)



JOSÉ CARLOS GARBUGLIO

"Em 1968, nós tivemos aqueles acontecimentos na Maria Antonia, que eu acompanhei desde o início até o fim." (pag. 31)

ESPAÇO DISCENTE

CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULA (PAG. 34)

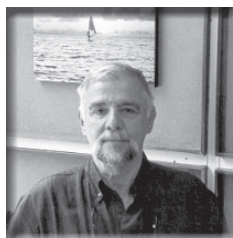
O QUE É COMISSÃO DE ESTÁGIOS? (PAG. 35)
POR RODOLFO VIANNA

A GUARDA UNIVERSITÁRIA E O CAMPUS CAPITAL (PAG. 35)

ARTIGO

O INGRESSO NA UNIVERSIDADE

PROF. DR. FRANCISCO CAPUANO SCARLATO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO



O ingresso na Universidade cria no espírito dos jovens um sentimento de vitória, ainda mais quando esta é a USP. Ao mesmo tempo, porém, representa um momento de alegria e de incertezas. Qualquer que tenha sido a carreira escolhida, muitos estarão se questionando sobre a incerteza da escolha e a expectativa de sucesso no mercado de trabalho.

Este jovem, recém egresso dos bancos escolares do Ensino Médio, muitas vezes chega à Universidade com uma visão idealizada da mesma e pouca clareza sobre o que o curso escolhido poderá lhe oferecer como possibilidade de realização daquela expectativa.

É comum o comentário de que os alunos ingressantes chegam mal preparados à Universidade. Acreditamos que isto é uma meia verdade. Sabemos que os mesmos para ingressarem na USP têm que enfrentar um dos vestibulares mais acirrados do país. Portanto, mesmo considerando possíveis críticas ao modelo de avaliação pelo vestibular,

ele coloca na Universidade aqueles que acabaram tendo os melhores desempenhos, o que não significa que consiga resolver as deficiências trazidas do Ensino Médio. Se estes alunos em média geral não representam um universo ideal, apresentam, porém, com estratégias de ensino adequadas, as possibilidades de atingir bons resultados de aprendizagem. O que não podemos mais é ficar chorando o leite derramado do despreparo dos alunos egressos do Ensino Médio.

Mais do que criticar o mal preparo dos ingressantes, deveríamos nos perguntar se a Universidade está preparada para trabalhar com estes jovens postulantes ao trabalho com a pesquisa científica e a uma formação profissional. Talvez esta crítica seja uma forma cômoda para escondermos nossas fragilidades, tanto no plano das estratégias de ensino, quanto nas condições humanas e materiais que lhe são fornecidas.

Sabemos que nos últimos anos a Universidade de São Paulo vem repensando e agindo a fim de valorizar os cur-

EDITORIAL

Dois temas centrais definem o conteúdo do primeiro Boletim de 2004, INFORME da FFLCH-USP. A primeira parte é dedicada aos alunos ingressantes, com um artigo do Presidente da Comissão de Graduação, *O Ingresso na Universidade*, e um outro sobre o tema *Faculdade de Filosofia completa 70 anos*, há ainda um item destinado a Semana de Recepção aos Calouros. Na segunda parte continuamos com a proposta da comemoração dos 70 anos da Faculdade, com o Espaço Memória, onde destacamos as entrevistas com Professores Eméritos e Ex-Diretores da Faculdade.

Comitê Editorial

Serviço de Divulgação e Informação – SDI

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

REITOR:

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

DIRETOR:

Prof. Dr. Sedi Hirano

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara (DH), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (SDI) - Membro Assessor. **COORDENAÇÃO:** Eliana Bento da Silva Amatuzei Barros – MTb 35814. **PROJETO GRÁFICO:** Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815, Erbert A. Silva – MTb 35870. **DIAGRAMAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka. **REVISÃO:** Dário Ferreira Sousa Neto, Viviane Ribeiro do Carmo. **COLABORADORES:** Daniel Cantinelli Sevilano, Rodolfo Vianna, Stella Wilderom, Vanessa Vieira Mariano. **SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS:** João Fernando Querido Salvado. **IMPRESSÃO:** Gráfica – FFLCH/USP. **TIRAGEM:** 1200 exemplares.



tos de graduação, procurando melhorar suas condições. Porém, muito ainda tem que ser feito. Vale lembrar que não será somente com as melhorias das condições de infraestrutura e aumento do quadro docente que conseguiremos superar nossas fragilidades. Sabemos que elas são imprescindíveis, mas não suficientes. Enquanto nós, professores e todos aqueles responsáveis pelas estratégias de ensino e pesquisa da nossa instituição, não admitirmos que os jovens que recebemos, mesmo tendo passado pelo vestibular, continuam necessitando do nosso apoio e estímulo para superar suas possíveis deficiências e incertezas, dificilmente conseguiremos atingir nossos objetivos, de um ensino público, gratuito e de qualidade.

Aos mesmos alunos ingressantes na FFLCH-USP, gostaríamos de dizer-lhes que a possibilidade de atingirmos estes objetivos não deveria ser entendida como um esforço unilateral de seus professores e responsáveis pela direção, mas de um esforço coletivo onde os alunos representam um papel fundamental. Onde o espírito crítico e democrático esteja aliado ao da tolerância na busca pelas melhores condições de ensino. Acreditamos que estes objetivos, sempre presentes na vida acadêmica da nossa FFLCH-USP, que neste ano (junto com a Universidade de São Paulo) completa seus 70 anos de existência, possam com vocês, alunos ingressantes, se tornar um legado na luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade para a nossa sociedade.

FACULDADE DE FILOSOFIA COMPLETA 70 ANOS

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH

SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

Comemorou-se, no dia 25 de janeiro, o 70º aniversário da fundação da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, hoje denominada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Esses 70 anos podem ser divididos, na verdade, em duas comemorações: 70 anos da FFCL e 35 anos da FFLCH.

Criada em 1934, a antiga Filosofia agregava os cursos de Letras Clássicas, Letras Anglo-Germânicas, Letras Neolatinas, História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia, História Natural, Matemática e Estatística, Química, Física, Geologia, Psicologia e Educação. A Faculdade estava dividida em diversos prédios, sendo que os cursos de Humanas ocuparam a Escola Caetano de Campos na década de 40 e o prédio da rua Maria Antonia nas décadas de 50 e 60.

Tratava-se de uma Faculdade, como conta Antonio Candido, apoliticizada até 1943, ano do retorno de Paulo Emilio Salles Gomes da Europa. Paulo Emilio traz consigo, além de bons filmes produzidos na Europa e na URSS, sua experiência anti-fascista, utilizada em São Paulo para combater a ditadura do Estado Novo e forçar o Brasil a entrar na 2ª Guerra ao lado dos aliados. A partir de então, a Faculdade de Filosofia assumiu uma postura ideológica que seria posta à prova com o golpe militar de 1964.

A Faculdade viveu um período de calma entre 1964

e 1968, até o mês de outubro, quando o antigo conflito entre a FFCL e a Universidade Mackenzie foi para as ruas, com ataques do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) a alunos e ao prédio da Faculdade. Depois de 2 dias de destruição, a Polícia decide intervir e invade a Maria Antonia, expulsando de vez os cursos que lá se encontravam.

No ano seguinte, dois acontecimentos tomam a Faculdade de surpresa: o AI-5 e a cassação de professores da Faculdade de Filosofia, entres eles Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, José Arthur Gianotti, Mario Schenberg, Emilia Viotti da Costa e Florestan Fernandes; e a Reforma Universitária, que dividiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Instituto de Química, Física, Matemática e Estatística, de Biociências, de Psicologia, de Geociências, Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 35 anos após sua criação, a FFCL era desmembrada para dividir o forte movimento democrático que ela representava.

A década de 70 trouxe um problema que parece estar longe de ser resolvido: a questão do espaço físico. Logo após a saída da Maria Antonia, os cursos de Humanas que lá estavam foram alojados provisoriamente no prédio de Geografia e História. Em seguida, foram deslocados para os chamados "barracões", prédios primeiramente destinados à Faculdade de Medicina Veterinária, que recusara o

espaço porque ele não era bom o bastante para servir de alojamento a seus animais.

Com a construção do espaço da Colméia, o curso de Letras – que ainda não tinha prédio próprio – mudou-se para lá, onde permaneceu até fins da década de 70, época em que o prédio atual começou a ser construído.

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas é formada hoje por 11 Departamentos, e oferece cursos nas áreas de Ciências Sociais (com habilitação em Ciência Política, Sociologia e Antropologia), Filosofia, Geografia, História e Letras (com habilitação em Português, Inglês, Espanhol, Alemão, Italiano, Grego, Latim, Russo, Japonês, Chinês, Hebraico, Árabe, Armênio e Lingüística). O curso de Letras possui um ciclo básico de um ano, e só a partir do 2º ano o aluno escolhe sua habilitação.

A parte administrativa da Faculdade, que funciona num prédio atrás da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, é

formada pela Diretoria, por 3 Assistências Técnicas (Acadêmica, Administrativa e Financeira), por 4 Comissões permanentes (Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária), além de diversos Serviços, entre eles o Serviço de Divulgação e Informação, responsável pela comunicação da Faculdade, pela realização de eventos e pela edição do INFORME, jornal mensal da FFLCH que em 2004 terá uma programação especial sobre os 70 anos da Faculdade.

O Diretor atual é o professor Sedi Hirano, do Departamento de Sociologia, no cargo desde o 2º semestre de 2002. O cargo de Vice-Diretor está vago desde dezembro do ano passado e o processo de eleição para escolha do(a) Vice-Diretor(a) será em fevereiro.

A FFLCH, ao completar 70 anos, continua com o compromisso democrático que sempre teve e pelo qual sempre lutou. É com esse espírito que ela saúda seus novos alunos.

SEMANA DE RECEPÇÃO AOS CALOUROS

CONTRAPONTO ENTRE CIÊNCIA E ARTE, TEMA DA AULA MAGNA DE OCTÁVIO IANNI

POR RODOLFO VIANNA



A Aula Magna da FFLCH, que abre os trabalhos letivos do ano de 2004, será proferida pelo professor Emérito Octávio Ianni, um dos principais sociólogos do cenário nacional. O Prof. Ianni irá falar sobre o intercruzamento da Ciência e da Arte, pois ele acredita que “as ciências e as artes encontram-se e fertilizam-se continuamente e reiteradamente”, como também pensam muitos outros intelectuais pelo mundo.

“São notáveis os casos em que há evidente contemporaneidade entre temas e inquietações que desafiam uns e outros” [cientistas e artistas], diz o professor, continuando “esse é um problema que já estava presente no contraponto entre o pensamento político de Maquiavel e as tragédias políticas de Shakespeare. Contraponto esse que ressurgiu nas obras de Hegel, Goethe e Beethoven; assim como na anatomia da sociedade burguesa realizada por Balzac e Marx; continuando na descoberta da alienação in-

dividual e coletiva desvendada por Kafka e Weber, em suas criações e reflexões sobre a racionalização do mundo.”

O Prof. Octavio Ianni acredita que em distintas épocas e ocasiões, são evidentes as convergências e fertilizações recíprocas. “Em suas distintas linguagens, compreendendo metáforas e alegorias, conceitos e categorias, essas narrativas contribuem para o desenvolvimento e a recriação das múltiplas gradações e possibilidades de esclarecimento”, afirma o professor, concluindo: “tomadas em conjunto, no curso dos tempos modernos, contribuem decisivamente para o ‘desencantamento do mundo’ e simultâneo ‘reencantamento do mundo’; em busca de utopias; ou de alguma alegria.”

AULA MAGNA

Palestrante: Prof. Dr. Octávio Ianni
Tema: Ciência e Arte
Local: Anfiteatro Camargo Guarnieri
Data: 03.03.2004 Horário: 19h30

VOCÊ ESTÁ CONVIDADO PARA A SEMANA DE RECEPÇÃO AOS CALOUROS

POR RODOLFO VIANNA

Se há 70 anos não eram muitos os estudantes que entram para a então FFLC (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), hoje são mais de 1600 novos alunos a cada ano, distribuídos pelos 5 cursos oferecidos (História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia e Letras) e suas 18 habilitações.

E, como forma de marcar a entrada na Universidade, e promover a integração do calouro com os veteranos, é promovida toda uma semana de atividades; de debates acadêmicos a churrascos.

Do dia primeiro ao dia cinco de março toda a Faculdade estará envolvida nos diversos eventos que serão realizados. A Comissão de Recepção dos Calouros, composta por professores, funcionários e estudantes, está organizando a grade das atividades promovidas pela Faculdade como

também pelos Centros Acadêmicos.

A quinta-feira, dia 4, é reservada para a chamada "Calou-rada Unificada", promovida pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) junto com os Centros Acadêmicos (CA's) e envolve os estudantes de toda a Universidade. A programação inclui teatro, debates sobre a situação da USP e outras atividades, que serão realizadas no prédio da História e Geografia, terminando com um show musical na Praça do Relógio.

Uma festa de boas-vindas como também de introdução ao mundo universitário, apontando seus aspectos positivos e lançando a discussão sobre os problemas da universidade. Esse é o espírito da Semana de Recepção aos Calouros, e a presença do calouro como do veterano é fundamental para que o objetivo da Semana seja alcançado.

A TOLERÂNCIA DO INTOLERÁVEL: REFLEXO DE UMA SOCIEDADE CÍNICA

A PROFESSORA ZILDA IOKOI, COORDENADORA DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE A INTOLERÂNCIA (LEI), FALA, EM ENTREVISTA, SOBRE O PROBLEMA DA DISCRIMINAÇÃO NO BRASIL E SOBRE AS ATIVIDADES QUE O LABORATÓRIO FARÁ JUNTO À RECEPÇÃO DOS CALOUROS.

POR RODOLFO VIANNA



Professora, recentemente, fomos espectadores de mais um caso de intolerância, praticado por um grupo de skinheads. A intolerância pode ser considerada fruto de quê?

Bem, penso que é fruto de um conjunto amplo de variáveis, mas a mais importante delas é que se trata de um momento em que uma cultura (a moderna, capitalista) vai se centrando nela mesma e passa a rejeitar todas as outras formas de vida e de cultura. No caso brasileiro, a situação é bastante grave e muito antiga. Ela vem ainda do Período Colonial, não só na forma como a população indígena foi enfrentada, reprimida e conquistada pelo projeto colonial português, como depois pela problemática da própria escravidão negra. O projeto colonial português, diferentemente do projeto colonial espanhol, vai criando a idéia de que aqui existem "espaços vazios", que

aqui não havia gente. De um lado, porque não houve a descoberta de metais preciosos imediatamente e de uma civilização já ligada aos metais, como os espanhóis encontraram nas populações astecas, maias e incas, e os portugueses foram ocupando as áreas indígenas, como dizia Antonil, como "caranguejos percorrendo o litoral" e só bem depois penetraram no interior sobrepondo-se à população existente. Por que? Porque elas não conheciam os metais, grande objetivo da conquista, e, essas populações que não viviam numa comunidade já centralizada, com formas mais complexas de organização. Eram consideradas selvagens e tratadas como animais.

Então, essa idéia de que a população nativa é uma população animalizada já mostra de modo cabal a intolerância: esses homens já não se vêem mais como parte da natureza. Ele se separa do reino da natureza, e, ao se separar,

ele usa a cultura, (que é um elemento de acompanhamento do vivido, pois a cultura é o elemento de enlaçamento para poder fazer a sobrevivência do homem que nasce muito mais frágil do que os outros animais), como forma de hierarquia. Então o homem o que faz? Ao invés de entender a cultura como um elemento de agregação e de extensão da vida e da natureza, ele faz a cultura se separar da natureza e aí ele hierarquiza a cultura: “culturas melhores” e as “culturas piores”, os “civilizados” e os “bárbaros”. Cria-se, então, o signo da intolerância. Esse é um elemento importante para se pensar. O signo da intolerância está centrado naquilo que é a fragilidade do homem e que é o seu ponto de maior riqueza, porque ao criar a cultura ele desenvolveu, diferente dos outros animais, um conjunto de conhecimento, valores, sentimentos, etc, que daria a possibilidade nessa heterogeneidade de criar algo absolutamente maravilhoso, que é o convívio entre as diferenças. E, ao invés de fazer isso, como ele é um animal predador, ele usa a disputa de poder para hierarquizar a cultura. Os grupos primitivos, lutavam entre si mas, o princípio da Guerra não era humilhar o outro, era obter dele os valores e as potencialidades. Florestan Fernandes fez um estudo maravilhoso sobre o sentido da guerra para os Tupinambás. Quando se assume o poder, se sobrepõe a cultura dominante sobre as demais, e o poder passa a ser exercido com o monopólio da violência. Está, deste modo criada a intolerância!

Então seria sob esse “signo da Intolerância” que nós poderíamos analisar as formações desses grupos, gangues, que, mesmo podendo não ter um viés violento, possuem o viés da exclusão...

Claro. O que são os *skinheads*? De um lado, eles usam a idéia do nazismo que é a idéia de superioridade. Então, os negros, os homossexuais, os índios, são para eles considerados inferiores, não sujeitos portadores de uma cultura singular, mas uma chaga, uma praga, uma doença que precisa ser eliminada. Então, eles usam esse viés que vem do nazismo, mais do que no fascismo, de eliminar a “praga”: os campos de concentração, as câmaras de gás, etc. Como eles não tem nem a posse do poder, nem potencial para impor esse tipo de coisa, eles usam a ação direta, do constrangimento à morte, como aconteceu no trem outro dia, foi exatamente isso: levar os jovens que vestiam roupas que talvez nem fossem a marca de pertencimento a grupos punks, ou a roqueiros, a um constrangimento tal, até que os moços, não tivessem alternativas a não ser pular do trem, levando um deles à morte.

As gangues, elas se confrontam, disputam espaços e poder,

que vem na lógica do próprio Estado, e essa coisa faz com que a intolerância se ponha de uma maneira muito radical. Aqueles que não têm limites, vão às últimas conseqüências e podem fazer flagelos ou constrangimentos tais, gerando tragédias, outros fazem a discursividade, etc. Mas tudo isso é fruto do quê? De posições que tentam se sobrepor às outras. Então, o signo da intolerância já está aí marcado. E ela se cruza, no caso brasileiro, com outro problema que não é bem de intolerância mas que gera intolerância que é a questão da exclusão social. Quem são os marginalizados, os periféricos, os que estão fora do mercado, para usarmos o termo correto? São aqueles que vêm dos grupos minoritários que foram já violados: os negros, os mulatos, a população indígena. Se você observar a população indígena brasileira, com exceção dos grupos que ainda permanecem articulados no domínio da terra, os demais vivem em extrema miserabilidade. Os últimos índios de São Paulo são os Guaranis que estão na reserva de Parelheiros e que vivem numa miséria absurda.

Então podemos considerar os excluídos como os maiores alvos da intolerância?

Penso que sim. Essa diáde – tolerância/intolerância que foi construída com o Liberalismo, no séc. XIX, já é insuficiente, pois é preciso superar essas duas coisas. O que é superar essas duas coisas? É criar um mundo onde você tenha liberdade, aceitação das singularidades e igualdade. E a igualdade passa por todos os níveis, desde a igualdade econômica, de tal maneira que você não tenha grupos isolados, excluídos, despossuídos; política, onde o poder também seja partilhado; e aí a diversidade cultural pode ser vivenciada, porque a cultura é um atributo das relações simbólicas, ela é o capital simbólico, de foro público. O Estado não pode definir a religião, as tradições, o que é o padrão cultural, o uso da vestimenta, o padrão de criação... senão é o retorno do fascismo.

O laboratório tem se dedicado a estudar esses fenômenos, desde os mais antigos – que são na própria colonização – aos mais contemporâneos, como violência política, perseguições, repressões, grupos que se entrecrocaram, exploração do trabalho infantil, a problemática da criminalidade, como é que ela cria um espaço de tolerância da sociedade que convive com a criminalidade porque não quer fazer a distribuição de renda, ou não quer segurar o crime organizado. Então, é um campo muito complicado, muito difícil de trabalhar.

Os movimentos sociais são alvos de intolerância?

Por quê?

Bem, são alvos de intolerância sempre, porque ser movi-

mento social significa a luta contra a ordem estabelecida. Como a ordem estabelecida é excludente e discriminadora, os movimentos sociais acabam enfrentando esses problemas. Durante todo o período até o século XIX, os doentes eram confinados. Os lazarentos, os que tinham hanseníase, etc, eram colocados em guetos, fora da sociedade, feita uma barreira de isolamento. Como a construção de um cordão sanitário. Mas não era somente isso, era também um cordão que tirava de cena tudo o que era possível no entendimento da humanização dessas pessoas. Eu penso que na sociedade contemporânea, essa idéia do isolamento, de discriminação e da exclusão foi testada pelos grupos que lutaram por políticas públicas para o tratamento da AIDS, por exemplo. Por mais incrível que pareça, a AIDS tirou a doença do gueto, porque ela começou como um mal considerado dos homossexuais, aí houve muitos movimentos violentos em relação aos homossexuais; novamente surgiu a idéia da “praga”, do “câncer” que você tem que tirar. Os homossexuais foram à luta e, com o aparecimento das contaminações por transfusão de sangue, etc, houve um freio nessa onda de intolerância e politizou-se a discussão rumo a construção de políticas públicas para o atendimento aos aidéticos e, ao fazer isso, outras doenças saíram do gueto. O câncer foi trazido também à cena, a tuberculose, a doença de chagas, etc. Tudo isso veio à cena como movimento de demanda por políticas públicas de saúde e, se você olhar, o campo da saúde pública foi o que mais produziu conhecimento e se desenvolveu nesse período. É uma coisa interessantíssima. Então, você percebe que o conhecimento sobre as coisas garantiu a superação dos preconceitos e abriu possibilidades de muitos avanços, apesar de que os homossexuais ainda vivem muitas discriminações. Evidentemente, hoje já se discute mais abertamente uma relação amorosa entre homossexuais, a questão do contrato de convivência, etc, mas ainda eles têm que demonstrar qual é a sua sexualidade, coisa que os heterossexuais não precisavam. Ainda há muitos debates a serem feitos.

Em relação aos negros, nós também temos um avanço grande desta problemática com esses movimentos de explicitação da questão da negritude. Mesmo assim, pouco se avançou sobre a questão da distribuição de renda, pouco se avançou em relação à justiça, hoje já se discute o que a mídia faz com os negros, o que os bancos fazem com os negros. O racismo ainda é forte. Há ainda o debate sobre as políticas de inclusão focadas em particularidades que podem gerar uma elite negra e não incorporar o negro na agenda dos direitos.

A questão indígena já teve momentos de melhor configura-

ção do que hoje. Na década de 60 houve um grande debruçamento sobre a problemática indígena, o Conselho Indigenista Missionário fez um trabalho muito forte e hoje, a questão se complicou ainda mais com a questão da titulação das terras contíguas. Mas hoje já está na Constituição a idéia de que é preciso titular as terras indígenas e dar aos indígenas o direito sobre suas áreas. Entretanto, houve redução nos últimos 20 anos da população indígena brasileira.

A senhora acredita que, no momento que houver uma igualdade sócio-econômica, a diversidade cultural criará um ambiente propício para a tolerância?

Penso que sim. Porque a sociedade brasileira que é uma sociedade cínica...

Como assim, cínica?

Cínica porque ela finge que não tem discriminação, tem vergonha do racismo mas discrimina...

É aquele discurso: “eu não me incomodo, desde que não seja perto de mim”...

Isso, exatamente, ou então a história que aparece muito nas pesquisas: “eu não tenho nada contra os negros, minha empregada é negra e é tão limpinha, e é honesta”, você já tem no discurso o signo da discriminação. Então, o que você vê no seio da classe dominante, na verdade é o intercruzamento de grupos de diversas religiosidades; existem judeus convivendo com muçulmanos, convivendo com cristãos. Todos pertencentes à classe dominante. Você tem na classe dominante um “acordo”, não há nenhum confronto entre o banqueiro judeu, o banqueiro muçulmano eles dialogam. Eles dialogam perfeitamente bem, sabem onde estão seus interesses e até convivem. Os negros que pertencem à classe dominante são considerados brancos, e portanto também são aceitos. E, na relação entre o setor dominante e os dominados já existe discriminação que, do ponto de vista de Florestan Fernandes, é mais econômico-social do que cultural. Mas ela é misturada, daí ser essa sociedade cínica, ou ambígua, para usar um termo mais soft. Agora, se a distribuição de renda se efetivar, haverá maior possibilidade de convívio, e portanto, melhor organização da sociedade. Agora, é preciso não ser ingênuo, porque nas sociedades européias, como na francesa e na alemã, a desigualdade não é tão brutal como no nosso país e existem os grupos xenófobos e discriminadores por lá. Os *skinheads* estão na Europa toda e também nos Estados Unidos. Mas é mais fácil lidar nessa perspectiva, penso eu, porque o pobre não está considerado como algo

descartável, como lixo, como está no nosso país. O valor da vida do rico e a do pobre tem mais equivalência lá do que aqui. Aqui, milhares de crianças morrem de fome, assassinadas, violadas e ninguém diz nada. Alguém da classe média ou da classe dominante sofre um impacto dessa natureza e daí vira uma comoção nacional. Todo mundo debate, discute... Nós temos que discutir e estudar essa questão para que a desigualdade não se dê no campo do próprio conhecimento. Você tem penas para negros num mesmo crime, maior do que penas para brancos, o NEV (Núcleo de Estudos da Violência) tem mostrado que tem uma enorme tolerância ao intolerável na nossa sociedade. O LEI tem que dar conhecimento a esses problemas. E, como o laboratório trabalha mais com a pesquisa acadêmica, os resultados de nossas investigações têm que ser transformado em material pedagógico, de divulgação para a sociedade, para que os mais jovens possam saber sobre esses problemas e conviver com a diversidade, daí a idéia do Museu da Tolerância.

A senhora acredita que o início da compreensão da tolerância se dá no processo de educação e de formação?

Eu acho que o conhecimento é o elemento mais importante para isso. O que você discrimina? Primeiro, o que você ignora, porque você discrimina o desconhecido, tem medo do desconhecido. Aí, na hora que você conhece, você lida melhor com a questão. Veja, por exemplo, as crianças: se você ensinar as religiões afro-brasileiras pelo olhar que sacrifício é violência, você já cria uma imagem negativa, distorcida e hierarquizada. Se você conseguir mostrar qual é a lógica da relação, o que são esses ícones, esses deuses, essas divindades e como elas compõem outra compreensão da relação homem e natureza, você as torna inteligível. Em todas as religiões o princípio do bem está posto. O que as religiões africanas têm é que elas não separam o bem e o mal em figuras distintas, como o cristianismo faz. O que seria de Deus sem o Diabo? O homem não está vinculado a essas duas coisas, ele não se comporta dessa maneira contraditória? Então eu penso que, se for trabalhado esse sentido, essa relação dialética do bem e do mal, é possível criar uma reflexão mais real sobre o sujeito. Então vejamos, o bandido é o pai do seu aluno, ele é o pai que gosta do seu filho, ele deve ser tratado assim na escola. O criminoso tem direito à defesa e, os que são tidos como personalidades, os de colarinho branco, se cometerem crime devem ser tratados do mesmo

modo e devem ter penas iguais e não tratamento especial. Veja o absurdo que existe em nossa legislação: o criminoso com curso universitário é instalado em presídios e celas mais confortáveis.

O museu e o material didático do Lei focam as crianças?

Na verdade pretendemos ter um material bastante diversificado voltado para essa área escolar. É assim em todos os países onde existe Museu da Tolerância. A Dra. Anita Novinsky está reunindo um conjunto de personalidades, empresários, banqueiros, intelectuais de diferentes países e formação para viabilizar o Museu. Estimamos que temos que criar uma Fundação. Agora em fevereiro, nós já vamos reunir os especialistas das várias áreas com o intuito de pensar numa estratégia para começar a constituir o museu juntamente com o laboratório, para não ficar uma instituição muito defasada da outra. Vamos discutir com o reitor, para ver se a Universidade vai nos conceder um espaço ou se vamos constituir um espaço fora, mas o objetivo é que todo o sistema escolar esteja integrado nessa dimensão e nessa discussão. Temos que conseguir dinheiro junto à iniciativa privada porque nós não temos (risos). Estamos estimando aí um custo total de US\$ 10 milhões.

O LEI vai atuar junto à recepção dos calouros, no início do ano letivo. Como se dará esse envolvimento? E o que a senhora acha do trote?

Eu discuti ano passado longamente com o prefeito e o diretor da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) que estavam bastante preocupados com a questão do trote. Na verdade, eu acho que eles conseguiram mexer um pouco nessa história dentro do campus universitário. Mas, como na ESALQ os alunos freqüentam a escola em tempo integral e vivem nas repúblicas, elas promovem trotes muito violentos e discriminatórios. Então discutimos muito, conversamos com estudantes, e a idéia é a de levar esse debate para lá na recepção aos calouros. Nossa programação aqui é a seguinte: nós temos três filmes: "*Cortes da Censura Nacional*", produzido com o material filmico censurado durante a ditadura militar. Clovis Molinari, diretor do Arquivo Nacional fez um filme com todas as seqüências cortadas e projetará no dia 2 de março às 19:30 horas no auditório da História; O diretor Clóvis Molinari, dará também uma palestra sobre o material no mesmo dia antes da projeção. Depois nós vamos projetar o filme sobre a vida do Apolônio de Carvalho, que se chama "*Vale a pena so-*

nar”, que acabou de ser dirigido por Stela Grisotti, e que mostra as duas ditaduras. A vida do Apolônio nos remete aos anos 30. Ele era um jovem militar brasileiro que depois foi lutar na Guerra Civil Espanhola, permaneceu na França durante o período da Resistência à invasão nazista, voltou ao Brasil para organizar a cultura brasileira, foi reprimido pela ditadura do Estado Novo, foi exilado e voltou para a redemocratização, ... é uma história que mostra muito dos momentos da censura, da discriminação e da intolerância. A partir do filme, vamos fazer uma discussão sobre a censura e a intolerância política. Essa projeção ocorrerá dia 3 de março depois da aula inaugural *Ciência e Arte* a ser proferida pelo Prof. Octávio Ianni. Stela estará presente para o debate. Depois, ainda nessa programação vamos projetar um documentário “*Em nome do homem*”, dirigido por Cristiano Addário de Abreu, atividade que será realizada juntamente com o Grupo PRISMA – DCE – USP e seguida de debate sobre homofobia religiosa e intolerância contra a diversidade sexual. Finalmente, ainda com o objetivo de refletir sobre a tolerância, as possibilidades do olhar sobre diferentes culturas, etc, nós vamos mostrar um trabalho que os estudantes da graduação de História fizeram ao longo do ano de 2003 na disciplina de Brasil Independente I - trabalho de campo, no qual fomos ao Assentamento rural de Sumaré, para analisar o modo de vida dos camponeses; ao Museu Republicano de Itu em busca dos registros sobre o processo da república em São Paulo; Assim, os calouros da História, poderão ter acesso a essas diferentes culturas e já ouvir dos veteranos o que eles entendem por patrimônio, o que é a documentação do historiador, o que e como se preservam e onde se encontram essas documentações. É um momento mais instrumental também, para mostrar o que é a memória para o historiador, seus fragmentos, etc. Essa é a programação mais específica. Finalmente, vamos fazer em outros cursos que nos solicitarem uma série de discussões sobre a questão do trote. O que é o trote, qual a sua história, seu significado... e como esse rito de passagem, engendrado em momentos de autoritarismo ganhou uma dimensão de reprodução da própria estrutura de poder.

Além de certos aspectos violentos do trote, há também toda uma simbologia que se reflete, por exemplo, na diferenciação entre o “veterano” e o “bixo”, com “x”mesmo...

Pois é, o “bixo”, já é a animalização do outro. É importante

fazer essas conversas, essas discussões. É uma experiência nova que vamos fazer e esperamos que a gente consiga avançar no sentido de trazer os alunos para uma discussão substantiva, pois não adianta você ficar demonizando nada, você tem que colocar em discussão, e as pessoas vão se apropriar desse conhecimento e refletir. Olhando para o que estão fazendo, se elas estão fazendo alguma coisa que tem a ver com o que elas pensam do mundo ou somente reproduzindo uma tradição que não é libertadora, mas sim cerceadora.

A senhora sabe das origens do trote?

Eu creio que esses ritos existem desde o período medieval, onde entrar na universidade era sair de uma vivência de reclusão em mosteiros e, aí, havia não apenas um jogo de simbologia do que seria o conhecimento e não a vida libertária da universidade. Lembremo-nos que eles eram copistas e aqueles que se apropriaram do conhecimento para se contrapor aos dogmas da Igreja foram tratados com extrema intolerância, como ocorreu com Galileu Galilei ou Giordano Bruno, para citar os mais conhecidos dos calouros. Hoje, a Universidade deve se preocupar com o conhecimento e com a crítica em contraponto às dificuldades vividas nos mosteiros, num momento de inflexão entre uma coisa e outra, mais no sentido de tirar as amarras, do que colocar novas amarras.

Professora, para finalizarmos, a senhora acredita que a universidade é o palco privilegiado para esse debate?

Eu acho que a universidade é o *locus* de produção do conhecimento. Nós temos aqui que discutir, registrar, trazer e disponibilizar publicamente esse conhecimento, porque a nossa universidade possui uma responsabilidade pública e tem uma participação grande na produção de conhecimento novo. Mas não pode fechar a discussão aqui, ela tem que ganhar os outros espaços na sociedade. Nós temos que ganhar a mídia, nós temos que ganhar as escolas, nós temos que ganhar todos os focos de tensão. Não só para ficar no laboratório, mas tornar público e ampliar o debate. É preciso que nossa orquestra toque músicas indígenas, é preciso ouvir seus mitos, suas lendas. A gente estuda na escola os mitos e lendas do Egito e da Grécia, e do nosso povo, não. São coisas simples, mas que se faz muito pouco. O Museu da Tolerância deverá estimular a irradiação desse conhecimento, que é amplíssimo, que já existe mesmo na nossa escola, e colocar amplificador nessa discussão.

DIVERSIDADE SEXUAL NA UNIVERSIDADE.

POR DÁRIO NETO
MESTRANDO DO DLCV/USP
BOLSISTA DO SDI - FFLCH - USP

A exibição do filme “Em nome do Homem” de Cristiano A. Abreu, como atividade conjunta entre o LEI e o Grupo Prisma, compõe um processo inicial significativo de iluminar por um viés acadêmico o debate sobre a intolerância às diversas manifestações sexuais.

Desde agosto de 2002, o Prisma surgiu dentro do DCE com o intuito de trazer o debate sobre a homofobia e a diversidade sexual tanto entre os estudantes, quanto dentro da Academia. Na calourada de 2003, realizamos vários debates em diversas unidades, abordando a temática desde o compromisso do profissional com esse grupo social, até a problemática política demandada pelas relações de opressões. Para tanto, sempre buscamos utilizar das contradições entre o que o indivíduo profissional e o indivíduo político buscam ser e o que de fato ocorre quando omite tal violência. No decorrer do ano passado, respaldados pelo projeto de bolsa com a COSEAS, projeto dirigido pela professora Dra. Vera Paiva do Instituto de Psicologia, pudemos realizar diversas atividades, tanto dentro da USP, quanto fora dela.

Resultados disso foram: a Semana de Diversidade Sexual na USP, em junho; a significativa proximidade com o curso de Educação Física, em que o grupo participou de

seu Encontro Nacional, em agosto, no qual surgiu a proposta de se criar nessa unidade um grupo de estudo e posterior pesquisa sobre corpo e sexualidade; a participação no Encontro Nacional dos Estudantes de Medicina, no qual pudemos realizar cinco oficinas, e no Encontro Nacional de Letras; a primeira edição do Encontro Nacional Universitário sobre Diversidade Sexual – ENUDS, realizado no mês de novembro em Belo Horizonte, com o intuito de transformá-lo em órgão nacional de fomentação na criação de grupos como o nosso em outras Universidades do Brasil.

Para esse ano, queremos dar continuidade a essas atividades, como a semana de Diversidade Sexual, prevista para agosto, cujo tema é: “Intolerância versus Diversidade”, aumentando a participação nos cursos de licenciatura, saúde e direito e buscar uma proximidade cada vez maior com o campo de pesquisa da Universidade, para que possamos comprometê-la cada vez mais com esse tema, com intuito de conhecer melhor essa diversidade, entender a problemática dessa forma de intolerância e aprofundar de modo cada vez mais responsável as problemáticas da sexualidade, para que, futuramente, a Universidade possa dar à sociedade propostas de políticas públicas como formas de combate à intolerância e à violência contra essa comunidade.

ÉTICA UNIVERSITÁRIA: UMA QUESTÃO A SER DEBATIDA

O PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, ROBERTO BOLZANI FILHO, FALA EM ENTREVISTA SOBRE A QUESTÃO DA ÉTICA, COMO TAMBÉM SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO SOBRE ÉTICA NA UNIVERSIDADE, QUE SERÁ REALIZADO NA SEMANA DE RECEPÇÃO AOS CALOUROS DA FFLCH.

POR RODOLFO VIANNA



Professor, para nós começarmos a entrevista, por que se fez necessário a organização de um Seminário sobre a questão da Ética aqui na faculdade?

Há um grupo de professores e funcionários encarregado de organizar a semana de recepção dos calouros e quando começamos a conversar sobre a semana, surgiu a informação de que, na Congregação da Faculdade, numa de suas últimas reuniões, foi sugerido que se elaborasse uma es-

pécie de seminário, de colóquio - a forma não foi muito bem definida - que tratasse do tema “Ética na Universidade”. Parece que isso foi motivado, digamos, pelo momento atual da Universidade, em especial de nossa Faculdade, no que concerne às relações entre professores, alunos e funcionários. Nós estamos, de fato, vivendo um momento delicado: saímos há pouco de uma greve de alunos, justa, que teve conseqüências positivas, mas que acabou por produzir certo desgaste nas relações na Faculdade. Nós temos ultimamente passado por algumas situações um pouco de-

licadas, até mesmo com alunos tentando acionar o Ministério Público contra alguns Departamentos. Ou seja, há uma certa atitude de questionamento e às vezes até desrespeito a certas estruturas da Faculdade, da Universidade, que colocam em xeque o que tradicionalmente se considera o correto procedimento dos indivíduos na Universidade, para alunos, professores e funcionários. Quer dizer, há um clima negativo, de desconfiança e dúvida sobre o que seria esse adequado e correto procedimento na Universidade, clima que deve ter gerado a sugestão de um encontro de professores que comentem um pouco o tema das relações internas numa Universidade.

Podemos entender, então, que existe um “decoro universitário”?

Existe um decoro institucional, estrutural da Universidade, que envolve seus vários níveis de poder, Reitoria, Pró-Reitorias, Faculdades, Departamentos etc., que tem força de regulamento, e essa estrutura vem sendo também, até certo ponto, desrespeitada, inclusive pelos que nela atuam; e existe um decoro universitário no que diz respeito às relações humanas entre indivíduos, sejam alunos, professores ou funcionários. Tudo isso anda um pouco embaralhado, e creio que o acontecimento significativo para essa situação foi a mencionada greve, tão bem-vinda, que terminou por remexer um pouco com algumas idéias tradicionais.

E o seminário estaria incluído na programação da semana de recepção dos calouros?

Isso. Julgamos que a terça-feira, dia 2, seria o melhor dia. Estamos planejando fazer duas sessões, duas mesas com conferências de professores, uma às 10h e outra às 19h, no auditório da Geografia/História. Pensamos chamar seis professores, se possível contemplando todos os cursos. Nossa idéia é convidar aqueles que tenham experiência na Universidade o suficiente para uma comparação entre o que ela já foi e o que é hoje, do ponto de vista das relações humanas. E também, se possível, que desenvolvam uma reflexão própria sobre ela.

E o que é esperado como fruto desse seminário?

Bem, o seminário é pensado principalmente para o calouro, claro que não exclusivamente, mas a intenção é que contribua para abrir os olhos dos ingressantes para o fato de que a Universidade, particularmente nossa Faculdade,

vive problemas que a obrigam a pensar sobre si própria na tentativa de resolvê-los. É bom o aluno saber desde já que está entrando numa instituição que enfrenta suas dificuldades, que muitas vezes são semelhantes às de outras instituições, como essa, das relações humanas, da ética, tema absolutamente universal. Em qualquer área de atividade humana, é possível e necessário pensar se e como as relações dos indivíduos devem ser reguladas. Também a Universidade deve pensar sua própria conduta, em seu interior e em sua relação com a sociedade.

Então o seminário tem a idéia de mostrar a USP e a FFLCH de uma forma mais próxima de sua realidade, desfazendo muito da imagem mítica que o calouro possa ter?

Acho que um dos efeitos didáticos positivos será chamar a atenção do aluno para o fato de ele não estar entrando no paraíso, quer dizer, mostrar-lhe que está num lugar de seres humanos que, como tais, estão sujeitos a uma variedade de problemas, problemas que muitas vezes eles próprios criam. Creio que esse seria um efeito de espanto inicial bastante produtivo, além, é claro, da oportunidade de pôr em discussão um assunto sempre relevante.

Professor, o senhor acredita que há somente uma Ética, com “E”, que rege as relações entre os homens ou que há diversas éticas, microéticas?

Essa é uma pergunta difícil de responder. Como professor de Filosofia, aprecio a idéia de que, embora na nossa sociedade existam muitas éticas por assim dizer fragmentadas, ou seja, embora se pense, privilegiadamente, por exemplo, a bioética, a ética nas empresas etc., a ética num certo ramo de trabalho e investigação, cabe ainda indagar se existe um conjunto de princípios ou regras que necessariamente estão presentes em todas essas distintas éticas, e que poderiam ser formulados com estatuto privilegiado e talvez até universal. Creio mesmo que é obrigação, para quem se propõe a pensar sobre o tema, levar em conta tal possibilidade de um conjunto de normas morais para o homem, independente de sua inserção social e cultural. No entanto, certamente é cada vez mais difícil pensar uma ética desse ponto de vista universalizante, o que não quer dizer que não seja essa uma tarefa digna de ser tentada.

E, tomando essa Ética universal, o que seria um com-

portamento ético ou anti-ético?

Também essa é uma questão complexa, com muitas respostas possíveis. Creio que qualquer que seja a teoria filosófica, política ou sociológica que se possa utilizar, existem certos princípios que deveriam ser sempre respeitados, que podem ser resumidos na idéia de Direitos Humanos, cuja existência não se pode deixar de reconhecer. Talvez uma ética como teoria deva ser necessariamente uma forma de pensar quais são esses direitos e de apresentá-los e justificá-los de uma maneira tal, que apareçam como algo que todos deveriam adotar como valor maior. Nesse sentido, a Ética parece ter de veicular ou recuperar certa idéia de Humanidade, em seu sentido menos material e mais abstrato.

Professor, dentro ainda dessa questão, nota-se que muitas vezes uma concepção de comportamento ético está imbuída de uma certa religiosidade. No que deve estar baseada uma ética, por assim dizer, laica?

Esse é um projeto de grande importância, o de fundamentar a Ética sem recorrer à fé, à religião. Em certo sentido, desde Sócrates, mas pelo menos desde Kant (Immanuel Kant, 1724-1804, filósofo alemão), esse parece ser o enfoque dominante do tema. Creio que qualquer tentativa de fundamentação ou explicação de uma ética deve evocar a idéia de racionalidade, ainda que essa idéia não seja unívoca. Se perguntarmos aos vários tipos de intelectuais o que significa ser racional, veremos que não há concordância plena e que há, na verdade, muita discordância. Mas, certamente, essa é a mais importante maneira de pensar a possibilidade de uma Ética sem fundamentação religiosa. De alguma forma, então, a tarefa de quem pensa o tema da Ética seria mostrar que aquilo que consideramos moralmente correto é também racional. Eis uma tarefa fascinante e difícil.

E essa relação entre o racional e o ético está próxima nos nossos dias?

Eu acho que está cada vez mais distante, pois tenho a impressão, talvez compartilhada por muitos, de que a racionalidade é cada vez mais instrumentalizada, de que a idéia do que é ser racional diz respeito a uma concepção tecnicizada de ciência, de pesquisa científica, e que raramente é pensada em suas dimensões éticas. É verdade

que isso está mudando um pouco, pois parece haver hoje uma crescente reflexão sobre as relações entre ciência e ética, mas creio que está apenas começando. De uma maneira geral, olhando para trás, percebemos uma dissociação forte entre o desenvolvimento da investigação humana e o compromisso ético. Talvez isso seja uma marca do século passado. Pensar a ética hoje talvez seja também defender a não-dissociação entre o desenvolvimento da racionalidade característica da investigação científica e suas conseqüências para o destino da humanidade e seus valores mais caros.

Por que grandes filósofos, desde o nascimento da Filosofia, sempre vêm pensando a questão da Ética?

Sua pergunta é sintomática. Estamos, nos últimos anos, talvez na última década, vivendo uma espécie de “boom” da Ética. A Ética se tornou um tema candente. Ora, o fato de que hoje se dê tal valor aos problemas éticos indica, infelizmente, que durante certo tempo não se viu nisso algo tão importante. Como se isso não fosse para nós uma questão fundamental. Eis por que pode parecer até curioso que os filósofos, durante toda a história do pensamento ocidental, tenham se dedicado a essa questão. A resposta é simples: eles se dedicaram a isso porque é impossível que o homem não pense sobre esse tema, que é por assim dizer intrínseco à natureza humana. É, portanto, muito natural que os pensadores o façam.

Para finalizar nossa entrevista, aproveitando os 70 anos da USP e de nossa faculdade, como o senhor vê a importância do núcleo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas dentro da Universidade de São Paulo?

A Faculdade de Filosofia deveria ser um lugar de reflexão crítica que a Universidade faria sobre o mundo e sobre si própria, levantando possibilidades de pensamento. A FFLCH deveria ser, mas não sei se isso é ainda possível, um espaço de liberdade de pensamento do qual se exigisse menos do ponto de vista da produção científica no seu sentido mais estrito, ou seja, segundo padrões que regem, por exemplo, as Ciências Exatas. Lidamos aqui com um objeto, se é que se pode usar esse termo, que exige uma maturação de pesquisa diferente e própria. Isso implicaria repensar a Universidade, tal como se apresenta hoje em nosso país e talvez em todo o mundo.



ESPAÇO MEMÓRIA

70 ANOS DE USP, 70 ANOS DE FFLCH: SESSÃO SOLENE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO NO PALÁCIO DOS BANDEIRANTES

POR RODOLFO VIANNA

Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado, 17h do dia 25 de janeiro. O auditório Ulisses Guimarães estava repleto de grandes nomes que construíram a Universidade de São Paulo como também diversos políticos e representantes diplomáticos. As 17h20, o governador Geraldo Alckmin declara abertos os trabalhos da Sessão Solene do Conselho Universitário em comemoração aos 70 anos da Universidade de São Paulo.

Compondo a mesa, o governador Geraldo Alckmin; o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, o deputado Sidnei Beraldo; o reitor da USP, prof. Dr. Adolpho Melfi; o Secretário Estadual da Ciência e Tecnologia, João Carlos Meirelles; a Secretária Estadual da Cultura, Claudia Costin; o diretor do jornal O Estado de S.Paulo, o Dr. Ruy Mesquita; e o professor da faculdade de Direito, prof. Dr. Antonio Junqueira de Azevedo.

O primeiro a discursar foi o professor Junqueira de Azevedo, que traçou uma linha desde a fundação da universidade até seus dias atuais, trabalhando questões como a da democracia, interna e externa à universidade, o seu acesso – se disse defensor do sistema de cotas – e a sua importância no campo da pesquisa. Sobre a relação da USP com o Estado, o professor disse “essas relações nos últimos 15 anos melhoraram muito. Penso que se pode dizer de forma otimista que essas relações são hoje como devem ser. A universidade dentro do governo é autônoma, mas com harmonia”.

Na seqüência, o reitor Adolpho Melfi em seu discurso disse que a USP serviu de “paradigma do ensino superior em todo o Brasil nos anos que se seguiram (da sua criação) em que o modelo adotado pela USP não apenas frutificou mas foi decisivo para mudar a face do ensino, pesquisa e extensão, que são os três pilares sobre os quais se assentam a vida de toda a instituição universitária digna desse nome”. E, sobre a FFLCH, o reitor lembrou que “foi a criação da faculdade de Filosofia que levou a mudança do panorama intelectual e científico”, para afirmar depois que “hoje é possível dizer, sem medo de errar, que a motivação fundamental da faculdade de Filosofia foi insistir no entre-

laçamento do ensino e da pesquisa”.

Último a discursar, o governador Geraldo Alckmin recordou da vontade do Visconde de São Leopoldo, em 1823, quando “defendeu a idéia de criar em São Paulo, vila provinciana às margens do rio Tietê, uma universidade com a grandeza daquela existente há séculos nas margens do rio Mondego, em Coimbra”, acreditando que a USP, fundada em 1934, viria ser essa universidade. Encerrando, lembrou o lema da USP: “pela ciência vencerás, e pela ciência está vencendo há 70 anos”.

Encerrando a cerimônia, a Orquestra Sinfônica da USP se apresentou, tendo no repertório músicas do maestro Camargo Guarnieri, fundador da orquestra e professor da universidade.

Os estudantes, que comparecem à cerimônia, foram impossibilitados de ler a carta que escreveram, assinada pelo DCE (Diretório Central dos Estudantes), APG (Associação dos Pós-Graduandos) e os Representantes Discentes nos Conselhos Centrais. Um deles subiu ao palco e entregou uma cópia para o reitor e para o governador. Nela, escreveram que “iniciativas de promoção de vagas nas universidades paulistas sempre são bem-vindas, desde que orientadas pelo princípio da manutenção da qualidade”, criticando ainda a falta de democracia interna na instituição, ressaltando que “os conselhos têm uma participação limitada dos estudantes e dos funcionários”. A carta ainda mencionava o comprometimento da autonomia da universidade através do funcionamento de Fundações como também preocupações sobre o andamento do projeto da USP Zona Leste, cujos cursos propostos “tiveram seu mérito contestado no trâmite de sua aprovação”, segundo a carta.

BALANÇOS E PERSPECTIVAS:

OS 70 ANOS QUE FORAM E OS OUTROS 70 QUE VIRÃO

“Manter esse nível de excelência, de qualidade, de empenho com a questão científica, com a qualidade do ensino superior, tanto de graduação como de pós-graduação, e a expansão do atendimento aos nossos jovens, aos estudan-

tes, criar a possibilidade de mais jovens, mais estudantes terem acesso à Universidade de São Paulo”

GERALDO ALCKIN, GOVERNADOR DE SÃO PAULO

“Eu acho que a comemoração dos 70 anos vai dar a possibilidade para que a universidade, através de uma série de eventos, faça uma reflexão sobre a sua história, sobre o seu presente e sobre de que maneira essa reflexão poderá ajudar a definir os rumos para seu futuro. Eu acho que a universidade tem o que comemorar nos seus 70 anos, ela chega cheia de vitalidade, uma universidade em expansão, mantendo cursos de qualidade na graduação, na pós-graduação, tendo uma pesquisa de ponta, um serviço de extensão que atinge seus objetivos sociais de forma que eu acho que é uma universidade que, ao chegar aos 70 anos, pode comemorar, pode se orgulhar e está fazendo jus ao seu passado. Hoje, a universidade, no meu entender, cumpre, de uma maneira bastante efetiva, todos aqueles projetos que foram lançados por ocasião da sua fundação”

PROF. DR. ADOLPHO JOSÉ MELFI, REITOR DA USP

“A perspectiva é de que essa marca de excelência, de ensino extremamente refinado no sentido teórico e metodológico, continue. E que para o futuro próximo haja uma articulação mais intensa com a sociedade, o que seria a marca dos próximos 70 anos”

PROF. DR. SEDI HIRANO, DIRETOR DA FFLCH

“Bom, 70 anos de história, comprovadamente um projeto dos anos 30 que é vitorioso, sem dúvida nenhuma. E o futuro vai depender de cada um de nós, e de todos nós, para que ela possa, de novo, chegar aos novos 70 anos com o mesmo vigor, a mesma coragem e que daqui a 70 anos se possa comemorar uma história mais bonita ainda”

PROF. DR. JOSÉ SEBASTIÃO WITTER, PROFESSOR EMÉRITO DA FFLCH

“Eu acho que inegavelmente a Universidade de São Paulo representou um salto da maior importância do conhecimento, da ciência, da cultura, de São Paulo e do Brasil com repercussão internacional. Ela teve um sentido originário de criatividade e inovação que foi trabalhado no decorrer dos anos e retomado por sucessivas gerações. Apensar das naturais dificuldades, o saldo da universidade é extraordinário e a Faculdade de Filosofia, que foi o núcleo inovador, teve um papel grande nesse sentido de uma visão não só estática mas crítica do conhecimento”

PROF. DR. CELSO LAFER, PROFESSOR DA FACULDADE DE DIREITO E EX-CHANCELER

“Em primeiro lugar, eu acho que a USP realizou um projeto bastante difícil e muito grande, nesse país que dá tão pouco apressado ao desenvolvimento do conhecimento e ao desenvolvimento da educação e da cultura. Eu acho que nos próximos 70 anos nós temos que democratizar a universidade, no sentido pleno: de acesso e de democracia interna também, esse é o desafio do futuro”

PROFA. DRA. ZILDA IOKOI, PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – FFLCH

REITOR COMPARA USP ZONA LESTE COM A FACULDADE DE FILOSOFIA DE 1934

O reitor da USP, prof. Dr. Adolpho Melfi, vê na criação do novo campus da Zona Leste algo similar com o ocorrido com a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras quando da criação da Universidade de São Paulo. “Eu acho que é algo que nós estamos praticamente voltando aos anos 30 com a criação de uma unidade que lembra muito a Faculdade de Filosofia, com aqueles ideais, com aqueles objetivos”.

A comparação se deve ao fato de que, quando criada, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras abrigava disciplinas nas áreas de Humanas, Exatas e Biológicas, orientada para ser um núcleo de produção de conhecimento puro e desinteressado.

Quando perguntado sobre como se dará a manutenção do novo campus depois de implementado, já que as verbas destinadas pelo Estado visam a sua construção e a contratação de professores num primeiro momento, o governador Geraldo Alckmin disse que: “ela (USP Zona Leste) será mantida com os recursos da universidade. A Universidade de São Paulo é aquela que detém o maior percentual nos recursos do ICMS, há uma perspectiva muito boa de crescimento inclusive do ICMS, então, eu diria que é perfeitamente possível”.

O campus Zona Leste está sendo dimensionado para abrir cerca de 1.000 vagas a partir de 2005, podendo esse número chegar a 1.500. Ele fica localizado na região de Ermelino Matarazzo, proximidades do Parque Ecológico do Tietê. Os cursos a serem oferecidos, que ainda estão em tramitação pelo Conselho de Graduação, devem ser discutidos no Conselho Universitário em abril, e serão sediados em uma única unidade, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Sua inauguração, prevista ainda para esse ano, será o ponto alto das comemorações dos 70 anos da USP.

TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO,
ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH,
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO

O Título de Professor Emérito é dado a professores aposentados com relevantes serviços à Faculdade e com elevada qualidade acadêmica. Segundo o Assistente Acadêmico da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, José Clóvis de Medeiros Lima, a proposta de concessão desse título parte do Conselho Departamental onde o professor estava lotado. A proposta tem que ser apreciada pela Congregação, e depois aprovada por 2/3 dos membros desse Colegiado.

Após a coleta das assinaturas, o Diretor da FFLCH comunica o agraciado através de correspondência, oferecendo algumas datas para a cerimônia de outorga do Título. Quem decide a data, no entanto, é o professor que irá receber a homenagem.

O primeiro título de Professor Emérito foi concedido em 1964, para o professor Fernando de Azevedo, do antigo Departamento de Ciências Sociais, e Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na década de 40. A primeira mulher a receber o título foi a professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, da área de Sociologia, em 1990, e o último homenageado foi o professor José Sebastião Witter, do Departamento de História, no dia 27 de novembro de 2003. Ao todo, até essa data, são 37 os Professores Eméritos da FFLCH. Segue abaixo a lista com todos os nomes:

- 01) *Fernando de Azevedo* (área de Ciências Sociais), em 10/09/1964 - FALECIDO
- 02) *Milton Camargo da Silva Rodrigues* (área de Educação Comparada), em 23/09/1965 - FALECIDO
- 03) *Mário Pereira de Souza Lima* (DLCV), em 04/11/1966 - FALECIDO
- 04) *Ernst Gustav Gotthelf Marcus* (área de Zoologia), em 17/11/1966 - FALECIDO
- 05) *José Ribeiro de Araújo Filho* (DG), em 22/10/1981 - FALECIDO
- 06) *Antonio Augusto Soares Amora* (DLCV), em 09/12/1982 - FALECIDO
- 07) *Antonio Candido de Mello e Souza* (DTLLC), em 30/08/1984
- 08) *Isaac Nicolau Salum* (DLCV), em 31/10/1985 - FALECIDO
- 09) *Florestan Fernandes* (DS), em 05/12/1985 - FALECIDO
- 10) *Azis Simão* (DS), em 28/05/1987 - FALECIDO
- 11) *Segismundo Spina* (DLCV), em 13/04/1989
- 12) *Egon Schaden* (DA), em 28/09/1989 - FALECIDO
- 13) *Maria Isaura Pereira de Queiroz* (DS), em 31/05/1990

- 14) *Fernando Henrique Cardoso* (DCP), em 15/05/1992
- 15) *Donald Pierson*, em 1993 - FALECIDO
- 16) *Oracy Nogueira* (DCS), em 28/04/1994 - FALECIDO
- 17) *Eduardo d'Oliveira França* (DH), em 30/06/1994 - FALECIDO
- 18) *Milton Almeida dos Santos* (DG), em 28/08/1997 - FALECIDO
- 19) *Pasquale Petrone* (DG), em 25/09/1997
- 20) *Octavio Ianni* (DS), em 30/10/1997
- 21) *José Arthur Gianotti* (DF), em 25/06/1998
- 22) *Ruy Fausto* (DF), em 27/08/1998
- 23) *Bento Prado de Almeida Ferraz Junior* (DF), em 19/11/1998
- 24) *Leyla Beatriz Perrone Moises* (DLM), em 22/04/1998
- 25) *Gilda Rocha de Mello e Souza* (DF), em 20/05/1999
- 26) *Emília Viotti da Costa* (DH), em 24/06/1999
- 27) *Aziz Nacib Ab'Saber* (DG), em 23/03/2000
- 28) *João Baptista Borges Pereira* (DA), em 22/03/2001
- 29) *José Aderaldo Castello* (DLCV), em 26/04/2001
- 30) *Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva* (DF), em 21/06/2001
- 31) *Boris Chnaiderman* (DLO), em 16/08/2001
- 32) *Décio de Almeida Prado* (DLCV) – homenagem póstuma, em 29/11/2001
- 33) *Eunice Ribeiro Durham* (DA), em 18/04/2002
- 34) *Paula Beiguelman* (DCP), em 22/05/2003
- 35) *Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro* (DG), em 26/06/2003
- 36) *José Pereira de Queiroz Neto* (DG), em 30/10/2003
- 37) *José Sebastião Witter* (DH), em 27/11/2003

Curiosidades: os professores Antonio Candido de Mello e Souza e Gilda Rocha de Mello e Souza são casados; e os professores Maria Isaura Pereira de Queiroz e José Pereira de Queiroz são irmãos. Já o sociólogo e antropólogo Donald Pierson é o único docente de fora da FFLCH que recebeu o título de Emérito.

Como parte das Comemorações dos 70 anos da FFLCH, o Serviço de Divulgação e Infomação (SDI) publicará entrevistas com diversos Professores Eméritos da Faculdade. Essas entrevistas são parte do projeto de iniciação científica do aluno Daniel Cantinelli Sevillano, do curso de Relações Internacionais da USP, sob a orientação do Diretor da FFLCH, professor Sedi Hirano.

ENTREVISTA COM SEGISMUNDO SPINA

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO,
ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH,
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



Formado em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, trabalhou com os professores Fidelino de Figueiredo e Antonio Soares Amora da cadeira de Literatura Portuguesa, antes de se tornar professor da cadeira de Língua e Filologia Portuguesa em 1969. Aposentou-se em 1986, após 44 anos como professor da FFLCH.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professor, eu gostaria que o senhor me falasse um pouco da sua formação acadêmica.

Segismundo Spina: Eu fiz em 1941, 1942, o Colégio Universitário, que funcionava com os próprios professores da Faculdade de Filosofia e prestei vestibular em 1943 para fazer o curso de Letras Clássicas, porque eu gostava muito de latim e grego, matérias que eu havia tido nesse Colégio. Passei muito a gostar da língua grega, e da latina eu já gostava havia tempo, porque havia tido 5 anos de latim no Ginásio Estadual de Catanduva.

Acontece que eu não fui feliz no vestibular, porque eu vim de uma cidade longe de SP, uns 400 km; costume dizer que sou do mato, de uma cidadezinha chamada Itajubi, entre Catanduva e Rio Preto.

DCS: Meus avós são de Rio Preto

SS: Que bom, eu adoro a cidade de Rio Preto, e adoro Catanduva também, onde eu fiz o curso secundário. Eu não gostaria de contar isso, mas conto porque é um episódio importante, que marcou a minha vida. Eu tinha uma dicção um pouco provinciana, e eu trouxe isso comigo quando vim para São Paulo. Nesse vestibular de 1943, examinado pelo catedrático de Língua e Filologia Portuguesa, acabei reprovado no exame oral, porque ele pediu que eu lesse, numa antologia, o poema *Camões* de Almeida Garret. Ao ler o primeiro verso do poema (“Saudades, gosto amargo de infelizes”), o examinador interrompeu-me para perguntar por que eu pronunciava “amârgo”. Respondi-lhe que havia falado corretamente, e ele pediu que continuasse. Eu já sabia que ele era meio destemperado, tinha a saúde comprometida, e outras coisas que não posso apontar. Recomecei a leitura (“Delicioso pungir de acerbo espinho”). Interrompeu-me de novo, perguntando por que eu falava

“acêrbo”. Aí eu comecei a perder a paciência com ele, e respondi que havia falado do jeito certo. Não houve dúvida, e sua resposta foi curta e grossa: mandou-me embora, que fosse estudar primeiro, que eu era um burro e que não sabia nada. Isso no exame oral, cuja nota foi zero; eu havia tirado na prova escrita a nota 9,0, que dividida nos dois exames resultava numa reprovação.

Naquela época, havia Sociologia para o vestibular de letras, disciplina que não figura mais, mas deveria ser implementada novamente. Na verdade, o tipo de curso que existia na época, antes da Reforma da Universidade, deveria voltar a existir, com a inclusão da História e até da Filosofia. Por exemplo, eu tive na ocasião um dos maiores professores de História que a Faculdade já teve, o professor Eduardo d’Oliveira França, por quem eu tinha uma admiração imensa. Ele dava, para o primeiro ano de Letras Clássicas, o curso de História Grega e, no segundo ano, História Romana. Hoje, infelizmente, aluno de letras não tem formação histórica, bem como filosófica, nenhuma. Para o conhecimento da estética literária, dos problemas do formalismo literário, não chega ao seu objetivo.

Infelizmente, eu tive que fazer o curso todo com o professor que me reprovava no vestibular. Eu não aprendi uma coisa que configurava na epígrafe da área, que era Filologia. Essa disciplina não ultrapassava os limites da história da língua. Ora, quem estuda Filologia entende que a história da língua constitui apenas um dos subsídios da Filologia, mas não a Filologia.

Minha família tinha um hotel no interior, e havia um hóspede no hotel chamado Michel Pedro Sawaya, um professor primário em Itajubi. Acontece que ele me preparou para o ginásio e, no ginásio em Catanduva, eu consegui realizar um excelente curso graças ao que ele me ensinou, isso em 1934. Houve na época uma concessão, aos professores que tinham Escola Normal, para entrar na Faculdade independente de haver feito o Colégio Universitário. Ele veio para São Paulo e aqui ingressou logo na cadeira de Zoologia.

DCS: Isso aconteceu com o prof. França também.

SS: Eu não sei muito da vida inicial do professor França; fomos muito amigos e estive com ele até a véspera de sua morte, que me chocou profundamente.

DCS: O que o senhor fez após sua reprovação no vestibular?

SS: Após ter sido reprovado no vestibular, voltei para Catanduva, resolvido a não cursar mais a Faculdade. Minha família foi sempre pobre, perdeu tudo e mudou-se para Novo Horizonte, depois foi para Lins, e lá morou numa casinha de tábuas, perto do cemitério. Eu sempre vivi na casa dos outros, dando aulas particulares. Durante minha vida, até à Faculdade, morei em garagens. Numa delas, em Catanduva, eu dava minhas aulas na parte da frente e, no fundo da garagem, havia uma mesa de bilhar onde eu colocava o meu colchão para dormir. Em São Paulo, sofri demais durante a guerra. Tudo isso vem narrado num único livro meu de ficção, onde relato minha vida de adolescente e posteriormente um pouco da minha vida acadêmica. Esse livro, publicado pela *Humanitas*, vem intitulado *Episódios que a vida não apaga (Itinerário de um pícaro poeta)*.

Eu pretendia dizer que o prof. Michel Pedro Sawaya, que na época era assistente de Zoologia na Faculdade, ao ver a relação dos reprovados no vestibular, topou com o meu nome. Ele me telegrafou, aconselhando que voltasse para São Paulo, onde haveria a possibilidade de uma Segunda época do vestibular. Eu já tinha decidido morar com meus pais em Lins, e com certa vocação que sempre tive para o couro, iria trabalhar com ele numa sapataria. Mas quando recebi esse telegrama (cujo endereço o professor Sawaya conseguira na secretaria da Faculdade), encontrava-me na chácara de um farmacêutico amigo meu, proprietário de uma pequena fábrica de sabão em Catanduva, de onde devia partir para o Noroeste. Acontece que, na época da guerra, 1940, 1941, como a soda se tornou difícil, meu amigo, com os seus conhecimentos de química, imaginou um produto que a substituisse para a fabricação do sabão, o carbonato de potássio, através dos chamados fornos de revérbero. Posta sua pequena indústria em funcionamento, prometeu emprestar-me o dinheiro para continuar os meus estudos. Os dois filhos dele já estavam em São Paulo, estudando Direito. Seu irmão, fazendeiro em Santa Rita do Passa Quatro, passou a me enviar mensalmente a metade do empréstimo prometido.

Regressando a São Paulo, e aprovado agora na segunda chamada do vestibular, pude felizmente realizar meu curso com muita dedicação; ainda estavam na Faculdade aqueles professores estrangeiros, vindos em 1934 e 1935, infelizmente obrigados a voltar para a Europa, os de Letras, sob intimação de Mussolini. Começa a Faculdade a perder as suas qualidades, qualidades essas que se perderam ainda mais nos dias de hoje. Mesmo há 18 anos aposentado,

continuo a me informar de tudo que se passa nela. Eu tenho muito amor pela Faculdade de Filosofia, por isso nunca me afastei totalmente dela.

Continuando este rude trajeto biográfico: desiludido com minha reprovação no vestibular, decidi aguardar o examinador que me havia reprovado, ali no Viaduto do Chá, caminho de sua casa, com o intuito de conversar sobre a minha reprovação. Vinha ele descendo a rua, acompanhado do professor Mario Pereira de Sousa Lima, um dos maiores gramáticos de língua portuguesa que já tivemos, e do professor Manuel Cerqueira Leite, que na ocasião era assistente do professor Fidelino de Figueiredo em Literatura Portuguesa.

Interceptados, disse-lhe eu que desejava saber as razões da minha reprovação, que eu achava ter sido absolutamente injusta. Respondeu-me ele: “o senhor vai estudar primeiro antes de fazer vestibular; cresça e apareça quando estiver preparado”. Além de reprovado, humilhado. Num assomo de orgulho ferido, respondi-lhe: “pois bem; eu ainda vou ser catedrático na sua Faculdade”, ao que ele me respondeu com uma gargalhada satânica, soletrando o termo “CA-TE-DRÁ-TI-CO!!!”. com pormenores, todos esses fatos foram relatados durante a recepção do meu título de Professor Emérito em 1989.

DCS: Qual foi sua relação com o professor que o havia reprovado?

SS: Fui mal visto por ele durante todo o curso, mas fui muito feliz desde o primeiro ano com Literatura Portuguesa, na época regida pelo professor Fidelino de Figueiredo. O prof. Fidelino ficou encantado com um estudo meu (trabalho de aproveitamento do curso) a propósito da influência clássica no teatro popular vicentino. Foi um homem que me abraçou em sala de aula, deu-me nota máxima e, já no segundo ano, chamou-me para trabalhar na cadeira, cujo primeiro assistente era o professor Antonio Soares Amora, com quem trabalhei durante 27 anos. Do ponto de vista didático, foi o professor mais perfeito que já conheci. E eu não perdia uma aula sua, como seu assistente, no desejo de assimilar essa capacidade didática que ele tinha.

Chegando em 1969, o professor que me reprovava se aposentou pela compulsória. Disponha de 5 ou 6 assistentes, mas ninguém que pudesse assumir a regência da cadeira, e todo mundo sabia que eu tinha uma vocação para Filologia. O Diretor da Faculdade, o saudoso prof. Eurípedes Simões de Paula, chamou-me então para assumir a cadeira. Solicitei carta branca na regência dessa área, pois pretendia implementar nela o estudo da disciplina que não era

dada: a Filologia. Aos assistentes, recomendei que em suas aulas fosse dada uma bibliografia tanto quanto possível completa e não como fazia o catedrático, que só recomendava o seu livro.

No segundo ano, também fui feliz com *Historia Romana*, quando entreguei meu trabalho de aproveitamento na disciplina ao prof. França, acerca da civilização etrusca. Esse trabalho foi recentemente publicado, com algumas revisões, e auxiliado por uma nova bibliografia.

Esse foi o meu curso. Para dizer a verdade, minha vocação era para medicina, mas na época era um curso muito dispendioso. Desempregado e sujeito ao tempo integral, não dispunha de recursos para aquisição de equipamentos e bibliografia especializada.

DCS: O senhor participava de algum movimento estudantil na época?

SS: Não, eu sempre detestei movimentos estudantis. Um movimento de que participei foi a propósito da reforma dos cursos de letras, em que eu saí perdendo.

Em 1969, ano em que o catedrático meu inimigo se aposentou pela compulsória, fui convocado para reger a cadeira de Língua e Filologia Portuguesa; em 1972 abriu-se concurso para a cadeira, onde fui aprovado, numa situação até engraçada. Na Banca havia um examinador do Paraná, o falecido professor Rosário Mansur Guérios, e na prova oral ele se levantou da cadeira, retirando-se da sala antes do término da aula. Ele dirigiu-se até a Secretaria da Faculdade, revelando ao Secretário Eduardo Ayrosa: “Eu coloquei a nota 9,0 na prova do currículo do prof. Spina, e eu queria ver se é possível retirar da urna essa nota e substituí-la pela nota 10”, o que não podia ser feito. Esse é um pequeno episódio que aconteceu naquele dia, quando eu cumpri a promessa que havia feito no Viaduto do Chá de me tornar um catedrático na Faculdade. Não me tornei catedrático, porque a Reforma de 69 acabou com essa figura. Reforma essa que eu considero também um grande erro na estrutura da Universidade.

DCS: Qual foi seu projeto para Língua e Filologia Portuguesa quando se tornou titular da disciplina?

SS: Como titular de Língua e Filologia Portuguesa, minha intenção era formar um grupo de filólogos, como sempre existiu no Rio de Janeiro. Infelizmente, só consegui formar 2 assistentes, de 24 que existiam. Era a cadeira que mais tinha assistentes, dada a sua importância e o fato de ser constituída de duas disciplinas: Língua e Filologia. Os demais começaram a abandonar a filologia, voltando-se para

um estudo de uma filologia brasileira, que eu acho uma besteira; eu não pretendia substituir a minha, baseada na Idade Média.

Eu pediria licença, nesta entrevista, para acrescentar o que acho importante: gostaria de dizer que três são as obras que considero hoje os pontos mais altos da produção intelectual, que situam não só o Departamento de Clássicas e Vernáculas, mas a própria Universidade: a tese de doutoramento de Osvaldo Humberto Leonardo Ceschin, intitulada *O Infançon entre a História e a Ficção* (São Paulo, 1980), o trabalho mais sério já publicado na área de Filologia em nossa Faculdade, felizmente em fase final de publicação pela *Humanitas*; a obra de Heitor Megale, intitulada *A Demanda do Santo Graal: das origens ao código português*, publicada pela Ateliê Editora e Fapesp, cujo valor filológico emparelha com a do colega; e finalmente a monumental obra de autoria de Henrique Murachco, intitulada *Língua Grega – Visão semântica, Lógica, Orgânica e Funcional* (Petropolis, Editora Vozes, 2001, 2 volumes, 1400 páginas), obra genial, que subverteu e superou profundamente a tradição gramatical puramente normativa, no ensino dessa língua.

DCS: Professor, eu gostaria de saber um pouco dos acontecimentos de 68 na Maria Antonia.

SS: Eu fui uma das vítimas nessa ocasião. Naquela altura, eu havia publicado minha tese de livre-docência e o estoque da obra foi colocado num depósito no porão do prédio da Maria Antonia. Com aquela briga com os estudantes do Mackenzie (na qual um dos maiores professores que a Faculdade já teve, o prof. Ricardo Navas Ruiz, do curso de Espanhol, agredido violentamente na rua, acabou abandonando a Faculdade), comigo as conseqüências foram desastrosas: perdi grande parte da minha tese com infiltração de água, nem sei de onde.

DCS: O que mais o senhor poderia falar sobre a Reforma Universitária?

SS: A Reforma para mim, até certo ponto, foi um desastre, com a extinção da cátedra. Em 1986 eu me aposentei, depois de 44 anos, 27 anos como professor de Literatura Portuguesa e 17 anos como professor de Língua e Filologia Portuguesa. O orgulho que me resta foi haver criado a disciplina de Camonologia e com ela a *Revista Camoniana*, hoje com o patrocínio editorial da Universidade do Sagrado Coração de Bauru, já no volume IV da 3ª série.

Na Congregação, onde estive presente durante 30 anos (1956-1986) teve início uma proliferação da representação

discente que, nas discussões, não abordava problemas que se ligavam à administração da escola. A pessoa que eu mais admirei nesses anos em que participei das reuniões foi o prof. Eduardo d'Oliveira França. Nós nos reuníamos na última quinta-feira do mês para discutir os sérios problemas administrativos da Faculdade e, quando a reunião estava para terminar, a última palavra era sempre a do prof. Eduardo, que expunha com surpresa a solução dos problemas mais controvertidos da discussão.

Quando ele recebeu o título de Professor Emérito (infelizmente depois de mim), proferiu uma preleção, que devia ser lida como *vade-mecum* por todos os membros da Universidade, porque lá ele faz uma crítica aos rumos que a Universidade tomou, voltada para o mercado de trabalho. França combate a relação entre Universidade e mercado de trabalho, relação que eu também sempre combati.

DCS: Por que o senhor se aposentou?

SS: Eu me aposentei porque a Faculdade estava entrando num processo de decadência, em que os professores não davam aula e só falavam em reuniões, comissões e assembleias; quando a situação chegou a esse ponto, senti que não tinha mais condições de continuar lecionando e me aposentei, mas com tristeza, porque eu não sabia viver sem a minha Faculdade.

DCS: Professor, o que o senhor achou de ter ganho o título de Professor Emérito?

SS: Eu recebi o título em 1989, mas todo o respeito e orgulho que eu tinha por esse título foi perdido quando um professor, que deu aula por poucos anos e tinha um número pequeno de obras publicadas, também ganhou esse título anos depois. Isso é o que posso dizer de mim e da nossa Faculdade.

ENTREVISTA COM JOSÉ ADERALDO CASTELLO

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO,

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH,
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



Formado em Letras Clássicas em 1943 pela FFCL, José Aderaldo Castello tornou-se professor catedrático de Literatura Brasileira em 1964, após anos como assistente do professor Mário Pereira de Souza Lima. Diretor do Instituto de Estudos Brasileiros por

14 anos, entre 1967 e 1981, aposentou-se em 1984. Proferiu cursos em diversos países, entre eles França e Alemanha.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professor, eu gostaria que o senhor me falasse sobre a sua formação acadêmica.

José Aderaldo Castello: Eu vim do Ceará para São Paulo em janeiro de 1940, para cursar a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, mas desistiria deste objetivo inicial ao tomar conhecimento da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da USP. Meu interesse voltou-se para o curso de Letras. Em 1943, concluí o bacharelado em Letras Clássicas; e em 1944, a licenciatura.

Quando comecei os meus estudos, a FFCL contava os primeiros anos áureos, com a presença de seus iniciadores brasileiros e estrangeiros, da Itália, Alemanha, França, Espanha, Portugal. Quando o Brasil declarou guerra ao "Eixo", os professores oriundos dos países não aliados foram obrigados a retornar às origens. Ao iniciar meu curso,

ainda tive aulas com dois professores estrangeiros: Urbano Canuto Soares, da Universidade do Porto e professor de Latim; e Vitório de Falco, da Universidade Nápoles e professor de Língua e Literatura Grega, e ouviria Roger Bastide em Sociologia da Educação. O professor de Falco, sempre querido e lembrado de seus alunos, foi um dos que se viram obrigados a retornar à Europa.

DCS: Como era a Faculdade nos tempos em que o senhor foi aluno?

JAC: Sem dúvida, já era um centro universitário de alto nível, distinguindo-se pelo convívio muito próximo entre professores e alunos. Das primeiras turmas até as de 1943 e 1944, e assim posteriormente, foram de onde saíram jovens professores que substituíram vários dos estrangeiros. Da minha turma, por exemplo, de onze alunos, cerca de sete ou oito, inclusive eu, fomos convidados para ser assistentes na Faculdade, na qual faríamos carreira.

Naqueles primeiros anos, a quantidade de alunos era muito pequena. Guardo a impressão de que, em alguns casos, havia mais professor do que aluno. Ainda em 1943/44, o número de formandos girava em torno de setenta.

Quando eu iniciei meus estudos, lembro também que a sede da FFCL era no terceiro andar da Escola Caetano de Cam-

pos, na Praça da República. Aí coexistiam Psicologia, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História, Matemática e Estatística, Psicologia e Pedagogia. Química e História Natural funcionavam na Alameda Gleite; Física, na Brigadeiro Luis Antonio. Mesmo depois da mudança para a rua “Maria Antonia”, permaneceram aquelas separações, pois o prédio não comportava todos os cursos oferecidos. Mas, apesar da separação física, compôs-se um ambiente universitário de intenso convívio e atividades de alunos e professores das diversas seções. Conhecíamos uns e outros de todos os lados.

DCS: O senhor participou do movimento estudantil na época?

JAC: Guardo lembrança – e também dela participei – da atividade político-estudantil que começou por volta dos anos quarenta. Antes, ainda era pequena, sem competição ideológica em torno do “Grêmio”, embora já então muito bem estruturado, com uma revista excelente, de colaboração de professores e alunos. Mas nossa “politização” teve início nos anos de 1943, graças à presença de Paulo Emilio Salles Gomes, que, três ou quatro anos depois de ter interrompido seu curso, retornava de longa estada na Europa. Ao lado da experiência européia anti-fascista, cultivava apurado gosto pelo cinema. Com seus colegas de turma inicial - anterior à estada na Europa – ele, Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, entre outros, fundaram a revista *Clima*, de grande destaque na década de 40; nela, Antonio Candido fazia crítica literária, Décio fazia crítica teatral e Paulo Emilio fazia crítica de cinema. Mas, ao retomar seu curso na Faculdade, Paulo Emilio aproximou-se dos bacharelados de 1943/44, que também conviviam com grupos da Faculdade de Direito. Acatamo-lo como nosso mentor político, cujo objetivo maior era o combate à ditadura Vargas e a campanha a favor da entrada do Brasil na 2ª Guerra. Formávamos um grupo em oposição a outros de tendências diferentes. Paulo Emilio, como disse, orientava o nosso grupo. Semanalmente, nos reuníamos em casa dele, para ouvi-lo sobre sua experiência na Europa e receber sugestões e orientações. Também, por iniciativa dele, conhecemos o bom cinema da época, especialmente os filmes de Eisenstein.

DCS: Vocês se diziam comunistas?

JAC: Nós não nos dizíamos comunistas ou não-comunistas, considerávamo-nos sobretudo em posição contrária ao regime de Vargas e ao nazi-fascismo. Ampliando seu proselitismo, Paulo Emilio nos distribuía o jornal chamado Resistência. Já no final do meu curso, a competição para a Presidência do

Grêmio era muito forte. Eu concorri, mas fui derrotado por um ou dois votos. Paulo concorreria no ano seguinte e também não seria eleito. A rigor, houve trapaça na contagem dos votos. Não chegou a haver anulação da eleição, mas, me parece, ainda hoje, que preferimos deixar evidente um procedimento político condenável por parte dos nossos adversários.

DCS: O senhor nunca foi Presidente do Grêmio?

JAC: Não, eu fiz parte do Grêmio como responsável pelo setor cultural, numa diretoria do meu grupo. Como disse, fui candidato, mas o grupo adversário usou propaganda discriminatória, proclamando-se contra o que me parecia absurdo, a minha “naturalidade civil”.

Revejo esse período dos meus estudos como de consolidação da Faculdade e de politização dos estudantes e me lembro de colegas de turma que se fizeram ilustres: César Lates, na Física; Jaci Monteiro, na Matemática; em Ciências Sociais, Florestan Fernandes; e eu, em Letras, Armando Tonioli entre tantos outros mais

DCS: Como foi sua carreira dentro da Faculdade?

JAC: Eu comecei como assistente na cadeira de Literatura Brasileira, obrigatória em dois dos três cursos de Letras. Era assistente único, embora na época houvesse escala de 1º a 3º assistente. De todos, havia a exigência de doutoramento depois de três anos na função. Não havia curso de pós-graduação na época e, forçado pelas circunstâncias, meu trabalho foi um tanto apressado, sem exaurir a pesquisa sobre as origens do romantismo no Brasil. Mais ou menos cinco anos depois, fiz a livre-docência. No doutoramento, havia exame em matérias subsidiárias, no meu caso, a Literatura Portuguesa e a História do Brasil. Já a livre-docência era um concurso completo, em que o candidato se submetia à prova de títulos e trabalhos publicados, à prova escrita, à didática e à de defesa de tese. Quando o professor Sousa Lima, de quem eu era assistente, se aposentou, fiz concurso de cátedra, então semelhante ao de livre-docência.

O primeiro a fazer concurso de cátedra em Literatura Brasileira foi o professor Mário Pereira de Souza Lima na década de quarenta, quando teve início a minha carreira. Poucos anos mais tarde, se intensificaria meu convívio com Antonio Candido, ao ser criada, ou melhor, quando lhe coube implantar a cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada. Bem antes, lembro que Paulo Emilio me levou para um dos jantares do Grupo *Clima*. Como eu era muito tímido, não dei uma palavra sequer.

Quando o professor Sousa Lima se aposentou, eu assumi

a cadeira interinamente pelo período de um ano, tempo necessário para a preparação para o concurso. Nesse tempo já havia uma aproximação muito grande entre Literatura Brasileira e Teoria Literária, aproximação que se manteve durante todo o tempo em que nós estivemos na ativa. E foi assim que fizemos em parceria a *Presença da Literatura Brasileira*, cuja iniciativa e plano foi de Antonio Candido. Minha carreira foi, de fato, muito marcada pelo convívio com três pessoas: com o professor Souza Lima, com meu professor de “Literatura Universal” no Curso Pré-Jurídico – o professor Antonio Soares Amora, e com Antonio Candido.

DCS: Em que ano o professor Sousa Lima se aposentou?

JAC: Ele se aposentou em 1963, logo depois de criado o Instituto de Estudos Brasileiros. Idéia de Sérgio Buarque de Holanda, o IEB reunia os professores “catedráticos” de História do Brasil, Geografia Física, Geografia Econômica do Brasil, Economia Brasileira, História Econômica do Brasil, Arquitetura Brasileira, Antropologia e Literatura Brasileira, compondo o Conselho de Administração, sob a presidência de um diretor eleito pelo próprio Conselho. Com a aposentadoria do professor Sousa Lima, eu assumi seu lugar no IEB. Nossas primeiras reuniões foram muito precárias, preocupadas com a implantação da instituição. Seu primeiro diretor foi o Sérgio Buarque, com mandato de dois anos; depois veio Egon Schaden, antropólogo, por mais dois anos. Para o terceiro mandato fui eleito diretor. Quando terminou o biênio, Sérgio Buarque propôs ao Conselho a prorrogação de meu mandato. O Reitor, professor Miguel Reale, a concedeu e assim eu permaneci na função durante catorze anos.

Quando assumi a direção, o IEB estava localizado em dependência térrea do prédio da Geografia e História. Em seguida, com a expulsão dos alunos do CRUSP, nós nos mudamos para lá. Mais tarde, na administração do professor José Sebastião Witter, ampliou-se a nova sede, a atual, como parte das “Colméias”. A melhoria geral foi considerável, mas ainda se aguarda uma sede mais adequada e definitiva para um acervo sobre o Brasil, sem dúvida o mais precioso de todas as nossas universidades.

DCS: O senhor foi Diretor do IEB até que ano?

JAC: Fui diretor até 1981. Logo que me afastei da direção, passei seis meses na Alemanha e dois meses na França e me aposentei em 1984.

Nesse período de minha carreira, tive a sorte de conhecer praticamente o Brasil inteiro, em pesquisas e através de participação em bancas, conferências ou congressos. Também visitei diversos países, participando de eventos acadêmicos,

em alguns como conferencista ou “professor visitante”.

DCS: O senhor era favorável ou contrário às cátedras?

JAC: O problema é o seguinte: os estudantes combatiam a cátedra porque achavam que elas eram uma “propriedade particular” dos catedráticos. Talvez, para alguns professores, era de fato o que elas representavam. Como na época o catedrático tinha o direito de escolher seus assistentes e de demiti-los conforme sua vontade, isso possibilitava abuso de autoridade, e houve realmente professores que exorbitaram em seus direitos; mas a maior parte sempre manteve uma postura democrática como, por exemplo, Fernando de Azevedo, Aroldo de Azevedo, Sousa Lima, Cruz Costa, entre outros. Com todos estes, assistentes e catedrático formavam uma unidade de pesquisa e de trabalho. E a “cátedra” funcionava eficientemente, sem competitividades ou divergências internas. Com o aumento do número de alunos e com o crescimento da Faculdade, em que se chegou a dez ou mais docentes por cadeira, penso na conveniência da liderança reconhecida, para preservar a unidade e o equilíbrio do trabalho. Não se trata de autoritarismo, mas sim de uma harmonização de convívio no trabalho docente e de pesquisa, com melhor eficiência. Não se trata, portanto, de ser a favor ou contrário à cátedra, mas da defesa de liderança no trabalho, sem imposição de preferências pessoais, de método ou de ideologia. Defendo um ambiente democrático de trabalho, em que não haja competição ambiciosa, mas sim estímulo e colaboração.

DCS: O senhor acha que hoje falta essa liderança?

JAC: Eu não digo hoje, exatamente, porque estou ausente há alguns anos, mas, até o momento em que me aposentei, sentia a sua perda progressiva ou o avanço de procedimentos internos e competitivos.

DCS: Eu queria saber um pouco sobre os acontecimentos de 68 na Maria Antonia.

JAC: Eu estava na “Maria Antonia” quando houve a agressão do CCC contra o nosso prédio. Presenciei o seu esvaziamento. Recordo-me que ao subir ao meu gabinete, vi que haviam arrombado a porta e levado vários objetos nossos.

Na época – penso exatamente naquele momento e não sei como reagiria hoje - senti-me revoltado contra a agressividade de um lado, e de outro, a melhor ponderação sobre o que se pretendia. Tudo, então, me parecia reflexo apressadamente incorporado da revolta estudantil francesa. E, insisto, isso sem falar na agressão da direita, do outro lado, condenável e injustificada, da qual a “Maria Antonia” como um todo foi a grande vítima.

DCS: Como ficou a Faculdade de Filosofia depois da Reforma?

JAC: Eu sempre achei a Faculdade de Filosofia muito complexa, mas plenamente necessária e justificável de início. Com o passar do tempo, ela cresceu muito, tornando a administração difusa e cada vez mais complexa. De um lado, havia aqueles que diziam que não devia haver divisão nenhuma, que ela devia ficar como havia sido criada; de outro, aqueles que achavam necessária a divisão, já existente virtual e materialmente desde a sua distribuição em espaços físicos distintos e distantes. E tenho dúvidas se a fragmentação a que chegou foi de todo a melhor ou mais convincente.

DCS: Houve uma discussão para se criar um instituto de Letras na época?

JAC: Tenho dúvidas. Digo que se falava vagamente neste problema. Tínhamos queixa contra a preferência da admi-

nistração geral por determinadas áreas. Nós, de Letras, por exemplo, ressentíamos-nos muito de certa desvalorização. Tivemos um diretor, na época da FFCL, que achava que nós de Letras, não precisávamos de verbas, mas só de giz e apagador. Nós sentíamos, de fato, que nosso desenvolvimento carecia de atenção para a pesquisa e para a melhor condição do trabalho docente, pois fomos os últimos a ser beneficiados pelo tempo integral. Mas tudo isso já passou e o conceito de pesquisa em Letras e sua atividade seria mesmo uma conquista dos professores de Letras da nossa Universidade.

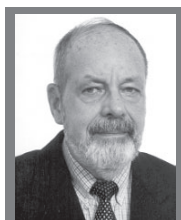
DCS: Qual sua impressão da Faculdade quando o senhor se aposentou?

JAC: Quando me aposentei tinha 44 anos de trabalho e saí da USP com a convicção interior de ter cumprido o meu dever e, de alguma maneira, ter dado a minha contribuição com convicção e ideal.

ENTREVISTA COM OSWALDO PORCHAT

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO,

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH,
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



Professor aposentado do Departamento de Filosofia, formou-se em Letras Clássicas pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Fez sua graduação em Filosofia na França, e o doutorado na FFLCH. Quando voltou ao Brasil permaneceu na USP até 1975, quando se transferiu para a Unicamp para formar o Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência e o Departamento de Filosofia daquela Universidade. Retornou à FFLCH em 1985, onde permaneceu até se aposentar em 1998.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professor, eu gostaria que o senhor me contasse um pouco de sua formação acadêmica.

Oswaldo Porchat: Eu me formei em Letras Clássicas na antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e, no fim do curso, ganhei uma bolsa do governo francês para fazer um mestrado em grego na França. Mas eu gostava de filosofia, já tinha feito uma matéria com o professor Livio Teixeira durante meu curso de Letras. Quando estava na França, na Faculdade de Rennes, onde lecionavam os professores Granger e Goldschmidt, decidi mudar de área, do grego para a filosofia, por sugestão de Goldschmidt, que conseguiu com que a burocracia francesa autorizasse essa

passagem de um mestrado em grego para uma licenciatura em filosofia.

Acabei por me formar em Filosofia em Rennes e, depois, fui para Paris, onde fiquei por dois anos na École Normale Supérieure e trabalhei com Goldschmidt numa tese de doutoramento sobre Aristóteles. Voltei ao Brasil para trabalhar no Departamento de Filosofia da USP como assistente do professor Livio Teixeira em Filosofia Antiga. Anos depois, defendi minha tese de doutoramento aqui no Brasil.

DCS: Em que ano o senhor começou a trabalhar na USP?

OP: Em agosto de 1961 e fiquei na FFLCH até 1975, ano em que me transferi para a Unicamp, onde fiquei por dez anos até me aposentar em 1985. O Departamento de Filosofia me convidou para voltar para a Faculdade de Filosofia e eu aí permaneci até 1998, ano de minha aposentadoria na USP.

DCS: Qual era o ambiente da Faculdade quando o senhor foi aluno?

OP: Eu fui aluno de Letras e entrei na Faculdade muito reacionário. Eu era um bom orador, então comecei a ganhar assembléias no Grêmio com minhas propostas reacionárias.

Eu soube mais tarde que isso criou um certo mal-estar entre os grupos de esquerda da Faculdade, tanto na Juventude Socialista como na Juventude Católica (JUC) e na União da Juventude Comunista. Até aquele momento, esses três grupos dominavam a política estudantil da Faculdade. Cientes do perigo que eu representava, eles decidiram me cooptar e tiveram êxito. Acabaram me levando para a esquerda através de conversas e debates. Dois anos depois, fui o candidato das esquerdas à Presidência do Grêmio da Faculdade e fui eleito.

Conseguimos tomar a UEE das mãos da direita, mas a UNE continuou nas mãos de uma certa direita, até que anos mais tarde a esquerda tomou conta da UNE, onde permanece até hoje. Nesse meu itinerário para a esquerda, eu abri meus olhos para os problemas nacionais e para os problemas estudantis. Era uma época em que o Movimento Estudantil era bastante forte, havia causas nacionais defendidas por esse movimento e havia uma grande politização estudantil, que iria desaparecer com a ditadura militar.

Foi uma época agitada, boa sob muitos aspectos, e eu acho que, mesmo com alguns exageros por parte dos estudantes, o que é normal, o Movimento Estudantil tinha um papel altamente educador, na medida em que ele conseguia abrir os olhos de muitas pessoas para problemas que a gente não conhecia quando entrava na Faculdade.

DCS: O senhor aprendeu mais sobre o país nas discussões estudantis?

OP: Sim, porque o curso que eu freqüentava era o de Letras Clássicas e não se destinava a tratar de problemas brasileiros. Foi graças ao Movimento Estudantil que eu me abri para esses problemas e, a partir daí, comecei a ler autores que deles tratavam. Devo ao Movimento Estudantil esse papel na minha formação.

DCS: O senhor concorda com os que dizem que Letras era um curso apolitizado?

OP: Certamente era um dos cursos menos politizados da Faculdade. Entre os mais politizados, estavam Ciências Sociais, Filosofia e Matemática.

DCS: Qual a reação da Faculdade ao golpe de 64?

OP: Nos últimos meses que precederam 64, a gente não acreditava que o Governo pudesse ser derrubado e que houvesse a possibilidade de instalar-se no Brasil uma ditadura militar. Eu lembro que, no dia do golpe, a maioria de nós acreditava que era uma tentativa desesperada de grupos de direita para tomar o poder, porque temiam uma

esquerdização da política nacional. Isso mostra quão ingênuos nós éramos. O golpe foi, assim, muito chocante para nós.

DCS: O senhor acompanhou os acontecimentos de 68 na Maria Antonia?

OP: O Movimento Estudantil fez manifestações, como era natural, contra o regime militar e a Maria Antonia era um centro efervescente de agitação. Havia uma grande ingenuidade por parte dos estudantes e de grupos que os apoiavam e eu estranhava o fato de o poder ditatorial estar tolerando, sem reagir, as mobilizações estudantis. O governo permitiu que os estudantes fechassem a rua Maria Antonia e tomassem conta do prédio da Faculdade. Houve um episódio em que os estudantes prenderam, dentro da Faculdade, um investigador de polícia disfarçado, o “julgaram” numa espécie de “Tribunal Estudantil” e o “condenaram” a ficar trancado dentro de uma sala de aula. Ele era alimentado e bem tratado, mas ficou preso por alguns dias.. Havia um som muito alto, com músicas revolucionárias, que era tocado na Faculdade e se ouvia ao longe na rua. Era estranho ver aquela euforia toda sem nenhuma repressão e alguns professores e estudantes mais afoitos acharam que se estava assistindo ao início de um grande movimento nacional de libertação... Eu temia bastante pelo que pudesse acontecer, mas era uma voz isolada.

Houve aqueles dias terríveis em que a Faculdade foi bombardeada com coquetéis *molotov* a partir do Mackenzie. Eu me lembro do desespero do Diretor da Faculdade, Euripedes Simões de Paula, um homem de centro-direita, mas extremamente decente, ao ver um de nossos estudantes morto. Ele falou com o comandante de uma força policial estacionada na esquina da Itambé com a Maria Antonia, que tinha algumas dezenas de homens, os quais apenas observavam aquela guerra, mas sem impedi-la. O Diretor pediu que ele dispusesse duas viaturas e alguns homens entre a Filosofia e o Mackenzie, para fazer com que o pessoal do CCC (“Comando de Combate ao Comunismo”), tocado no Mackenzie, parasse de atirar contra nossa Escola. O comandante replicou dizendo que tinha ordens para não intervir.

A situação tornou-se insustentável e os estudantes resolveram abandonar o prédio e fazer uma passeata até o centro da cidade. Foi quando a polícia avançou e ocupou a Faculdade, o que era certamente o que o governo desejava. Ficou óbvio para todos que o regime militar deixou o Movimento Estudantil aparentemente triunfar durante quinze dias ou mais para ter uma justificativa para endurecer a repressão.

DCS: Como foi a mudança para a Cidade Universitária?

OP: Foi triste, porque a Maria Antonia era um lugar que nós amávamos e que tinha toda uma aura ao seu redor, por isso nosso despejo para o campus foi muito doloroso. Pouco a pouco nós compreendemos que éramos peões de um jogo político que não controlávamos.

DCS: O senhor participava da Congregação nessa época?

OP: Eu era representante dos professores doutores.

DCS: E algum professor apoiava o regime militar nessas reuniões?

OP: Abertamente não. Se um ou outro apoiava, não se manifestava. É claro que havia freqüentemente na pauta da Congregação assuntos políticos e o resultado das votações em que esses assuntos estavam envolvidos era invariavelmente o mesmo, algo como vinte e cinco votos contra três, sendo que os três em questão eram Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e eu.

DCS: Mas em que tipo de assunto vocês eram derrotados?

OP: Por exemplo, antes da ocupação da Faculdade, os estudantes ocuparam o saguão do prédio da Maria Antonia. Alguém na Congregação então propôs que os estudantes fossem obrigados a deixar o prédio. É preciso dizer que o Prof. Euripedes nunca chamou a polícia para dentro do prédio e a Congregação nunca tomou essa decisão, mas ela também não aceitava a ocupação do saguão; quando houve essa votação, Florestan, Fernando Henrique e eu votamos contra, temendo um confronto entre a Congregação e os estudantes. A Congregação era majoritariamente conservadora. Mas é de justiça dizer que ela nunca tomou medidas tipicamente reacionárias.

DCS: O senhor sabe por que o professor Eduardo d'Oliveira França deixou a Diretoria da Faculdade?

OP: Antes de mais nada, eu queria dizer que tenho uma dívida de gratidão para com o prof. França. Isso, porque, quando eu terminei o curso colegial, ele, que era amigo de meu pai e sabia que eu gostava de latim, me telefonou para incentivar-me a prestar vestibular para o curso de Letras Clássicas, já na segunda época do vestibular. Eu tive antes esse propósito, mas tinha dele desistido. Segui seu conselho e formei-me em Letras Clássicas. Isso decidiu toda a minha vida acadêmica futura.

O Prof. França era um homem profundamente honesto, de centro-direita, conservador, decente, extremamente inteligente. Quando ele foi Diretor da Faculdade, ele foi chama-

do ao DOPS para ser ouvido. O que circulou na época é que ele se sentiu muito humilhado com a maneira com que foi tratado verbalmente e atribuíram sua demissão a essa humilhação, que ele não estava preparado para suportar. Eu nunca soube dos motivos reais, mas acredito que possa ter sido isso, que ele não era uma pessoa psicologicamente preparada para enfrentar situações como essa.

Quero mencionar que o professor França recusou-se, durante anos, a acreditar que estudantes e professores haviam sido torturados pelos agentes do Governo. Um dia eu lhe falei dessas torturas e ele me respondeu, para minha surpresa, que isso era propaganda política da esquerda. Esse fato me deixou perplexo, pois me mostrou sua grande ingenuidade política e seu despreparo para um cargo político como era o de Diretor da Faculdade naquela época. Conte-lhe que havia estudantes, colegas e amigos que tinham sido torturados, que um amigo e um estudante tinham sido mortos, e o prof. França, que confiava em mim, se convenceu, impressionado e confuso.

DCS: Já o professor Euripedes era o oposto do professor França.

OP: O prof. Euripedes não era nada ingênuo e sabia jogar politicamente com todos os lados. Ele era uma pessoa extremamente simpática, agradável, que conseguiu habilmente manobrar no meio daquele tumulto para defender a Faculdade.

DCS: Em que ano o senhor foi para a Unicamp?

OP: Em 1975 fui para a Unicamp, onde estava um grande amigo meu, o físico Rogério Cerqueira Leite, que, fazia tempo, insistia para que eu me transferisse para lá. Devo dizer que se estava processando uma transformação de minhas idéias filosóficas, que me levaria posteriormente a tornar-me um filósofo cético. Eu tinha naquela época a idéia de criar um centro de estudos de Lógica e de Análise Lógica e propus isso ao Departamento de Filosofia da FFLCH, que aceitou a proposta e a enviou para a aprovação da Reitoria. Mas os anos se passaram e a resposta não vinha. Foi então que decidi me mudar para a Unicamp, para concretizar esse sonho.

Rogério conseguiu uma entrevista minha com o Reitor Zeferino Vaz, que ficou entusiasmado com meu projeto e o aprovou inteiramente. O Reitor deu-me todo o seu apoio, inclusive contratando imediatamente todos os professores, brasileiros e estrangeiros, cujos nomes lhe indiquei. Criei, então, e desenvolvi na Unicamp o Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE), o Departamen-

to de Filosofia e uma Pós-graduação em Lógica e Filosofia da Ciência, dedicando-me durante muitos anos a essa tarefa. Um fato curioso foi que eu já estava na Unicamp havia uns três anos quando recebi uma correspondência da Reitoria da USP, dizendo que a criação do Centro que eu propusera havia sido aprovada. Eu agradei e disse que o Centro já havia sido criado na Unicamp.

DCS: E como foi sua volta para a USP?

OP: Minha família ficou dois anos em Campinas comigo, mas, para minha mulher, que tinha uma clínica de psicologia em São Paulo, e para minha filha, estudante de colegial na época, foram dois anos difíceis. Decidimos voltar para São Paulo e eu passei a viajar diariamente para Campinas, lá alugando depois um apartamento durante certo tempo. Tudo isso me desgastou muito fisicamente e, quando eu pude me aposentar, após trinta anos de serviço, saí da Unicamp. Quando o Departamento de Filosofia da USP soube disso, conseguiu uma verba especial da Reitoria para minha recontração e eu voltei a dar aulas na FFLCH.

DCS: Quais foram suas impressões da Faculdade quando o senhor voltou?

OP: Quando voltei, em 1985, o ambiente era bem diferen-

te, mas não necessariamente melhor, porque muito da antiga vitalidade se tinha perdido. Os professores não mais se entregavam às antigas disputas políticas, se entendiam melhor, mas havia ainda cicatrizes do passado. O Departamento de Filosofia por exemplo, na minha opinião, numa atitude talvez sábia de auto-preservação, se tornara um agrupamento de individualidades, onde ninguém perturbava a vida de ninguém, cada um fazia profissionalmente o que queria, mas não havia projeto coletivo. Os estudantes estavam despolitizados e o Departamento era um lugar tranquilo para se trabalhar, sem a agitação de antes, mas também sem a vitalidade política de antes. A produção filosófica de seus membros era e continuou sendo, entretanto, excelente, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

DCS: E como foi receber o título de Professor Emérito?

OP: Como disse no dia da outorga e com toda a sinceridade, não julgava merecer esse título. Eu acho que o Departamento de Filosofia e a FFLCH estão sendo demasiado generosos na atribuição do título. Eu o teria dado a pouquíssimas pessoas. De modo que eu acho que não havia nenhuma razão para que eu o recebesse, não fiz nada mais do que aquilo que se espera que um professor universitário faça.

ENTREVISTA COM BORIS CHNAIDERMAN

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO,

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH,
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



Engenheiro agrônomo formado pela Escola Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro, Boris Chnaiderman foi contratado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1960, para o curso livre de língua e literatura russa. Primeiro professor desse curso contratado pela USP, aposentou-se em 1979.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professor, eu gostaria que o senhor me falasse qual sua formação acadêmica.

Boris Chnaiderman: Eu sou engenheiro agrônomo de formação, fiz o curso na Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro e fui contratado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1960, no curso livre de língua e literatura russa. Em 1963, esse curso passou a fazer parte do Departamento de Línguas Orientais, como curso regu-

lar da Faculdade, concedendo diploma de bacharel e licenciado. Antes de ser contratado, lutei na 2ª. Guerra Mundial, na Força Expedicionária Brasileira.

DCS: O senhor foi o primeiro professor de russo da Faculdade?

BC: Sim, fui o primeiro professor de língua e literatura russa da Universidade de São Paulo. Esses cursos começaram a se organizar em diversas universidades do Brasil nessa época, em parte graças ao entusiasmo criado pelas conquistas espaciais russas. Mas, quando houve o golpe de 64, o curso de russo da USP foi o único que continuou com suas atividades, enquanto os demais cursos acabaram. Foi com muita luta que nós conseguimos manter o nosso curso funcionando, pois éramos extremamente visados pelos militares. Eu cheguei a ser preso em sala de aula.

O curso de russo tinha, no início, uma existência bastante precária. De acordo com a legislação em vigor, o aluno que entrava num curso de línguas orientais tinha a possibilidade de mudar de curso no 2º ano. Assim, muitos alunos usavam o curso de russo como trampolim para se formarem em português. Isso criava um descontentamento entre os outros professores que ficavam sobrecarregados com a grande quantidade de alunos. Depois, isso foi alterado.

DCS: O senhor participava de algum partido político?

BC: Não, eu não participei de nenhum partido no período da repressão. Fui muito visado pela ditadura, mas nunca tive nenhuma atividade política. Eu fui visado porque, quando acontecia alguma injustiça, eu protestava. Fui preso várias vezes por causa disso.

DCS: O senhor participou dos fatos na Maria Antonia em 1968?

BC: Não, pois naquela ocasião eu estava na Cidade Universitária, dando aula. Depois do primeiro ataque do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), eu fui até a sede da Faculdade, que já estava bastante danificada. Vários professores estavam na Maria Antonia e eu fui até lá prestar-lhes solidariedade. No segundo dia dos ataques eu não estava lá, mas antes disso eu tinha estado no prédio dando um plantão, combinado entre os professores que simpatizavam com o movimento estudantil para proteger a Faculdade e os estudantes, quando houve uma agressão do CCC, em que eles chegaram a jogar coquetéis molotov.

DCS: Que cursos de letras estavam na Cidade Universitária?

BC: Os cursos de línguas orientais já estavam no campus.

DCS: O senhor foi preso em sala de aula?

BC: Houve uma ocasião, pouco depois do AI-5, em que nós estávamos numa Assembléia geral de professores; naquela ocasião, a USP foi cercada e fomos todos levados para o CRUSP. Mas eu consegui fugir. Escapei porque o coronel que dirigia o Inquérito Policial Militar (IPM) da USP me confundiu com o Boris Fausto, e por isso ele queria me pegar. O prédio estava cercado, mas eu consegui fugir e sair do campus. Eles com certeza não esperavam que alguém se atrevesse a agir daquela maneira.

DCS: O senhor ajudou algum professor a passar por barreiras policiais? O prof. Antonio Candido disse que

em uma ocasião ele ajudou um colega a passar por uma dessas barreiras.

BC: Não, nunca tive essa oportunidade. O caso do prof. Antonio Candido é muito diferente: ele realmente teve uma participação admirável em todo o processo. Acontece que eu fui preso em sala de aula porque protestei quando os policiais entraram na sala e pediram os documentos de todos os presentes. Eles entraram pela porta dos fundos e pediram licença, ao que eu respondi que, como eles estavam entrando pela força, não tinham que pedir licença nenhuma. Quando eles pediram nossos documentos, eu joguei minha carteira de identidade em cima da mesa e protestei violentamente. Daí fui preso e levado para o DOPS.

Eu passei por várias prisões, inclusive na Operação Bandeirantes (OBAN), na Rua Tutóia, uma organização da polícia com o Exército que recolhia contribuições de particulares. Eu protestava muito, e, além disso, tinha um filho na guerrilha. Por isso era muito visado: professor de russo, com um filho na guerrilha e que protestava muito.

DCS: O senhor acompanhou a transferência dos cursos da Faculdade para o CRUSP após a expulsão dos estudantes?

BC: Essa é uma história muito longa. Os primeiros cursos transferidos para lá foram os cursos de orientais. Ajeitaram algumas salas, só que eram salas muito pequenas, que não comportavam todos os alunos. Então eu me recusei a dar aula naquele lugar, mas a Diretoria insistiu que as aulas tinham que ser dadas lá. Eu não dei aula, fiquei na porta da sala dando plantão enquanto meus assistentes davam as aulas. Depois eu fui convocado para uma reunião dos departamentos de Letras, e lá apresentei meu relatório. Numa ocasião expus meu ponto de vista para o Diretor, mas ficou tudo por isso mesmo. A Diretoria estava me ameaçando, mas não tomou nenhuma iniciativa.

Acontece que na USP os professores eram contra o regime militar. Mesmo os que haviam simpatizado com o golpe estavam revoltados com a violência e, no fim, nada aconteceu. Preciso reconhecer que não sofri conseqüências maiores. O prof. Euripedes, Diretor na época, me criticou por ter discutido com um major. Eu respondi que havia seguido minha consciência. Mas eu não tinha nenhuma vinculação política, e na polícia eles deviam saber disso, porque se não eles teriam tomado providências mais drásticas.

Depois desses acontecimentos, as aulas continuaram a ser ministradas. O CRUSP não comportava os alunos do curso de russo; havia alunos parados no corredor. Após um período, foram construídas as Colméias, onde eu dei aula, em

condições bastante precárias. A questão do espaço, no entanto, havia sido solucionada.

DCS: O senhor se aposentou em que ano?

BC: Eu me aposentei em 1979, mas continuei dando aulas na pós-graduação e orientando muitas teses. Eu me aposentei principalmente para me ver livre da burocracia, das reuniões infrutíferas; eu não gostava de política universitária,

meu temperamento não era adequado para isso. Mas continuei trabalhando, era o que os professores em geral faziam. Particpei do Conselho Editorial da Revista USP por muitos anos, depois de aposentado.

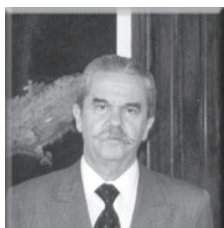
DCS: E como o senhor se sentiu sendo agraciado com o título de emérito?

BC: Fiquei muito lisonjeado, e só posso dizer muito obrigado.

*ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO,
SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES*

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO,

ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH,
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



A pequena entrevista abaixo foi realizada na sede da Secretaria de Ciência e Tecnologia, no Palácio dos Campos Elíseos. Nela, o Secretário de Ciência e Tecnologia dá seu depoimento sobre a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (e a atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) e sobre a Universidade de São Paulo, tendo em vista o aniversário de 70 anos das duas instituições.

Daniel Cantinelli Sevillano: Senhor Secretário, gostaria que o senhor falasse um pouco sobre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

João Carlos de Souza Meirelles: Nos orgulha a todos ter uma universidade como a Universidade de São Paulo, que comemora 70 anos agora em 2004. Eu tenho um orgulho pessoal muito grande por ser egresso da USP, formado que sou pela Escola Politécnica. A constituição da Universidade representou um fato extremamente importante, enquanto a reunião do talento de institutos já existentes.

Nesse contexto, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras teve um papel fundamental na formação de uma nova consciência política no Estado de São Paulo. A Faculdade de Filosofia foi o celeiro, sem dúvida nenhuma, não só de professores e de mestres, pois isso ela faz como um ato de rotina muito bem feito, mas sobretudo de pensadores, desde filósofos até formadores do pensamento matemático do país. Gente notável que deu uma contribuição enorme, e

não digo notável por causa da comemoração de seus 70 anos, mas porque esta foi a razão de uma série de lutas que ocorreram a partir da transformação da FFCL em grande fórum da discussão da democracia e da liberdade.

Nos tempos em que eu era estudante nós tínhamos um forte movimento universitário, do qual participava de forma muito importante a Faculdade de Filosofia. E indiscutivelmente, na resistência contra o golpe de 64, a Faculdade foi emblemática porque se constituiu quase como um simbólico quartel da resistência da inteligência brasileira que lutava pela liberdade democrática.

Eu me permito, como Secretário de Estado, homenagear a USP, com seu padrão de referência às universidades latino-americanas, e especificamente a Faculdade de Filosofia, que aprendi a respeitar profundamente. Tive o privilégio, na tristeza e na dor, do convívio com gente de extrema inteligência da Faculdade. Quando nós fomos encarcerados em 1964, eu tive o privilégio de ter comigo o professor Mario Schenberg, na mesma sala, onde pudemos discutir os mais variados assuntos, transformando aquelas horas de humilhação profunda num momento de inteligência. Essa era nossa arma contra a ditadura: a inteligência.

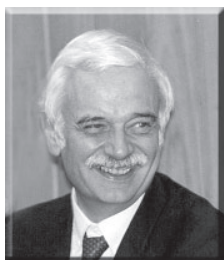
Eu tenho certeza que hoje a Faculdade de Filosofia continua sendo esse farol brilhante que discute, sobretudo, a contemporaneidade. Eu acho que a grande função da universidade é discutir o compromisso contemporâneo que nós temos com os nossos concidadãos, e discutir os caminhos

do futuro, além de fazer aquilo que faz de maneira excepcional, que é a formação dos quadros que vão formar os quadros desse país: os professores, seja para o ensino fundamental, seja para o ensino superior. Trata-se de uma homenagem muito sincera à Filosofia nes-

se grande contexto da USP, que vai ser comemorado como um marco fundamental para que nos próximos 70 anos nós nos lembremos que ao comemorar os primeiros 70 anos nós levamos a USP para a maior concentração humana do país, que é a Zona Leste de São Paulo.

ENTREVISTA COM FRANCIS HENRIK AUBERT

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO,
ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH,
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



Diretor da FFLCH entre os anos de 1998 e 2002, e Vice-Diretor entre 1994 e 1998, Francis Henrik Aubert é professor do Departamento de Letras Modernas. Formado em Letras e História na Noruega, é responsável pela disciplina de Teoria da Tradução do mesmo Departamento.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professor, eu gostaria que o senhor me falasse um pouco sobre sua formação acadêmica.

Francis Henrik Aubert: Fiz minha graduação na Noruega, onde me formei em Letras e História, em 1968. Nesse mesmo ano eu comecei minha carreira acadêmica como auxiliar de ensino em língua portuguesa, na Universidade de Oslo. Em 1970, retornei ao Brasil, mais precisamente para a USP, para fazer minha pós-graduação. Minha idéia, na época, era me titular melhor e depois retornar para a Noruega, para assumir a função de professor assistente de português; mas as circunstâncias (o destino?) fez com que eu permanecesse por aqui, e em 1971 comecei a dar aula como auxiliar de ensino voluntário na cadeira de lingüística, mais especificamente na disciplina de fonética. Em 1974, após passar um período na França, voltei para a USP como auxiliar de ensino contratado, e em 1975 defendi meu doutorado, na área de fonologia. Em 1979, transferi-me do então chamado Departamento de Lingüística e Letras Orientais para o Departamento de Letras Modernas, onde passei a ministrar a disciplina Teoria de Tradução, e foi assim que eu fui me tornando um “tradutólogo”. Em 1991 defendi minha livre-docência, em 1994 me tornei professor titular, e logo em seguida fui eleito Vice-Diretor, no segundo mandato do professor João Baptista Borges Pereira como Diretor da FFLCH.

DCS: Quando o senhor veio para o Brasil a FFLCH tinha acabado de ser constituída.

FHA: Sim, ela tinha acabado de passar pela Reforma Uni-

versitária, processo que retirou da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras os cursos de exatas, biológicas, psicologia e educação e criou a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas como a conhecemos hoje.

DCS: Onde eram as aulas naquele tempo?

FHA: Com o incêndio do prédio da Faculdade na Maria Antonia, os cursos que lá estavam foram transferidos para a Cidade Universitária, onde ficaram alojados provisoriamente em alguns barracões, originariamente destinados para a Veterinária. Depois de 3 ou 4 anos, foram construídas as Colméias, entre os prédios do CRUSP, e o curso de Letras foi novamente transferido: a biblioteca e as salas de aula nos prédios das Colméias, e as salas de professores nos prédios do CRUSP (blocos B e C).

DCS: O senhor se lembra quando foi construído o prédio atual de Letras?

FHA: O prédio atual foi sendo construído por etapas. O primeiro bloco foi construído em meados da década de 80; depois, foram construídos o módulo com os centros e salas de reuniões; e por fim foi construído o espaço com as salas de professores e secretarias de departamentos. No começo tudo estava em um único bloco, e, já nesta época, a infraestrutura administrativa concorria com os espaços didáticos. Como se percebe, os problemas da falta de espaço e da inadequação dos espaços às diversas atividades acadêmicas (ensino, pesquisa, atividades meio) não são fenômeno recente: de certo modo, estruturam o próprio modo de ser da FFLCH e, em especial, das Letras na FFLCH, há mais de 3 décadas.

DCS: Qual sua expectativa ao se lançar como Vice-Diretor em 1994?

FHA: Obviamente ninguém se lança a Vice-Diretor sem antes ter conversado com o Diretor, para permitir a ambos

avaliarem as compatibilidades dos projetos institucionais e, em especial, e, porquê não dizê-lo, as compatibilidades pessoais, pelo menos tão importantes quanto as administrativas e políticas. A minha expectativa, era a de não ser um mero suplente, e de poder efetivamente colaborar com uma boa gestão da Faculdade, em um momento bastante delicado da vida da FFLCH. O Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira, que havia assumido a Diretoria fazia pouco mais de um mês, foi extremamente receptivo, e destacou a necessidade de uma atenção especial para as áreas de gráfica e de informática da Faculdade. Não é demais insistir, porém, que a função de um Vice-Diretor não é a de ter uma política própria, e sim uma atuação de apoio e de complementaridade à do Diretor. Talvez não seja de todo irrelevante pensar na questão do equilíbrio político: como Letras representa, demograficamente, quase metade da Faculdade, e em vista da discussão que à época dominava boa parte das preocupações institucionais da FFLCH (dividir ou não dividir a FFLCH em dois ou três institutos), naquele momento parecia ser importante que Letras tivesse um representante na administração central da Faculdade.

Ao assumir a Vice-Diretoria, e, com ela, a responsabilidade direta pela Gráfica da FFLCH, percebi haver espaço para superar um dos problemas que afligiam a área de Humanidades na época: a noção, bastante difundida, de que a área era, comparativamente, pouco “produtiva” (ou seja, apresentava um baixo índice de publicações), aliada à percepção, igualmente difundida entre os docentes e pesquisadores da área, de que eram muito limitados os meios para publicar a produção científica e cultural da FFLCH. Para tanto, iniciou-se um trabalho de valorização das revistas já existentes e abriram-se caminhos para a criação de novas revistas. Em 1994, a FFLCH dispunha de apenas 7-8 revistas publicadas com uma certa regularidade (ainda assim, não sem alguns percalços em sua periodicidade, com uma ou duas exceções, apenas). A idéia foi a de gerar um espaço adequado e de qualidade para a produção desse material e de futuras revistas que viessem a ser criadas, dotada de infra-estrutura não apenas estritamente gráfica, mas, igualmente, de editoração, revisão e distribuição. Hoje temos aqui na Faculdade por volta de 25 revistas, o que mostra que as ações promovidas tiveram um certo êxito.

Esse processo abriu as portas para que os alunos de graduação e de pós-graduação também adquirissem ou consolidassem um espaço para divulgar as suas pesquisas, tais como *Magma*, *Temporaes*, e outras..

DCS: A Humanitas é dessa época?

FHA: A Humanitas foi o resultado desse processo, pois era preciso criar um arcabouço institucional para a produção dessas revistas. Quando esse ponto foi consolidado, começou-se a se pensar na questão da publicação de livros. A Editora serviu para a publicação de teses e trabalhos de iniciação científica, que geralmente encontram dificuldades de natureza econômica para interessarem às editoras particulares, além da publicação de livros paradidáticos para professores das redes pública e particular.

DCS: O senhor disse que quando se lançou como candidato a Vice-Diretor havia uma certa necessidade de Letras estar representada na administração central. Por quê?

FHA: Na época estávamos vivendo uma discussão bastante acirrada sobre uma possível divisão da Faculdade em 2 ou 3 institutos. Dentre as hipóteses levantadas, a mais difundida era uma divisão em dois conjuntos, um Instituto de Letras, outro de Filosofia e Ciências Humanas. Tanto o Prof. João Baptista como eu éramos – e somos – favoráveis à união da Faculdade, e o Prof. João Baptista vinha das Ciências Sociais, onde mais se discutia essa divisão da FFLCH. Pressentia-se, assim, ser interessante que houvesse na Diretoria uma configuração política que marcasse a aposta na união, e por isso foi importante ter um candidato de Letras como Vice-Diretor.

DCS: Em algum momento a Faculdade chegou no limite, quase se separando?

FHA: Difícil dizer. Na minha opinião não, mas foi realizado um plebiscito interno em que a proposta da união foi vitoriosa. A questão chegou ao Conselho Universitário, onde a divisão da Faculdade foi rejeitada. A partir desse momento a idéia da divisão perdeu força, mas há momentos em que a questão reaparece, como na greve dos estudantes em 2002.

DCS: Há algum fato marcante durante seu período como Vice-Diretor?

FHA: Há vários, mas não se vinculam estritamente ao exercício específico da Vice-Diretoria e sim à atuação da Diretoria como um todo, sob a liderança do Diretor. Além dos já referidos – superação do dilema entre unidade e divisão, criação do Selo Editorial Humanitas – certamente cabe mencionar a construção da Biblioteca Central. Hoje pode parecer algo banal, mas a idéia de uma Biblioteca central em uma faculdade que pensava em se dividir acabou consagrando os esforços para manter a união da FFLCH. Foi durante a gestão do Prof. João Baptista que a verba

para a construção do 2º bloco foi liberada; a construção desse bloco só terminou na minha gestão, mas foi iniciada na gestão anterior. A construção de uma Biblioteca central tem um papel simbólico muito forte: ao integrar fisicamente o que com justiça é entendido como o grande “laboratório” das Humanidades – sua biblioteca – marca, de forma incontestável, uma aposta firme na unidade.

DCS: Como foi sua eleição para Diretor?

FHA: A eleição foi tranquila, porque eu era praticamente candidato único, o que foi comprovado pela minha indicação logo em 1º escrutínio para compor a lista tríplice, algo que raramente acontece na FFLCH.

DCS: E a eleição de seu Vice-Diretor?

FHA: Na verdade, havia algumas opções colocadas. No início, eram dois candidatos do Departamento de Geografia, o professor José Conti e o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e nessa eleição havia grupos favoráveis e desfavoráveis a ambos. A indicação do professor Renato da Silva Queiroz, da Antropologia, foi meio que um arranjo de consenso de última hora; não é que ele se colocou, ele foi colocado.

DCS: Ele não era candidato então?

FHA: Não, foi um grupo de colegas que o convenceu a se colocar à disposição do Colégio Eleitoral. Foi praticamente no dia da eleição que esse arranjo foi feito, para felicidade da Faculdade como um todo, porque a atuação do Prof. Renato foi excepcionalmente boa e equilibrada, com contribuições significativas não apenas para a rotina do trabalho administrativo mas, especialmente, nos diversos momentos de crise (notadamente as greves de 2000 e de 2002).

DCS: Como foi o início de sua gestão como Diretor?

FHA: O início foi uma espécie de continuidade, mas já marcada por um primeiro conflito, uma questão que me preocupava na época e me preocupa até hoje, que é a estrutura de nossa graduação. Eu acho que é uma estrutura extremamente escolar, calcada basicamente no que acontece dentro de sala de aula e ponto final. Nosso discurso defende a interdisciplinaridade, mas na prática nossas ações movem-se freqüentemente na direção oposta.

Diante dessa constatação, elaborei, juntamente com Francisco Scarlato, do Departamento de Geografia, e Ricardo Terra, do Departamento de Filosofia, uma proposta de reflexão sobre o ensino de graduação, baseado na idéia do ciclo básico que existia na Letras. Por uma infeliz coincidência, a Pró-Reitoria de Graduação propôs, na época, um

diferente modelo de graduação, baseado em grandes ciclos básicos de 2 anos para as 3 áreas do conhecimento. No fim, as propostas de reflexão lançadas aqui na FFLCH foram confundidas com as propostas da Pró-Reitoria, que sofreram forte rejeição, e o que restou disso tudo foi uma experiência entre a área de espanhol e o Departamento de História, pela qual os alunos de espanhol podem cursar a disciplina História da América, e os alunos dessas disciplinas podem cursar Literatura Hispano-Americana.

Nossa idéia era garantir aos alunos da Faculdade a possibilidade de cursar a disciplina que eles desejassem, e não aquela que o Júpiter permitisse. A idéia de interdisciplinaridade era mais importante que a idéia de ter um ciclo básico ou não.

Outro momento de tensão inicial ocorreu quando foi decidido centralizar toda a prestação de contas dos programas de pós-graduação na Diretoria. Esta decisão causou certa polêmica, mas hoje mostra-se ser um procedimento que reduz, significativamente, a margem de erros.

DCS: O senhor conviveu com duas greves durante sua gestão.

FHA: Sim. A primeira foi a greve salarial de 2000, que representou um divisor de águas, porque ou o Diretor ficava do lado do Reitor, ou ficava do lado da comunidade que o tinha eleito. A opção para mim era óbvia, e dessa minha escolha em apoiar a greve derivaram duas conseqüências: uma aproximação maior entre a Direção da Faculdade e a comunidade que ela representa; e a abertura de um fosso nas relações entre a Faculdade e a Reitoria.

DCS: O senhor acredita que teve sua imagem manchada na Reitoria após esse fato?

FHA: “Manchada” é um termo um pouco forte, até porque as relações entre a Reitoria e as Unidades evoluem como processos dinâmicos que efetivamente, não como o exercício estático de papéis; ou seja, o desentendimento de um momento não constitui impeditivo para uma boa relação em outro momento. No entanto, é inegável que a relação tornou-se algo menos tranquila.

DCS: O prédio da Geografia e História foi bastante revitalizado durante sua gestão. Por quê?

FHA: Basicamente pelo problema das drogas; o prédio da Geografia e História era conhecido – correta ou incorretamente, não saberia avaliar ao certo - como um dos principais pontos de distribuição de narcóticos da zona oeste de São Paulo. O esforço de revitalizar esse espaço foi no sentido de acabar com aquela situação, que já havia gerado

ameaças de morte a professores e alunos que não queriam participar ou omitir-se diante da situação. De todo modo, a revitalização do Prédio da Geografia e História marcou apenas uma primeira etapa de reorganização e melhoria dos espaços de toda a Faculdade. Além do problema da deterioração dos espaços, é preciso lembrar que boa parte dos chamados conjuntos didáticos foi concebida arquitetonicamente apenas como local de aula, sem espaços adequados para a pesquisa e com os próprios espaços administrativos bastante “improvisados”. A reconfiguração desses espaços, porém, demanda um tempo bastante longo, além da alocação de verbas bastante vultuosas. A despeito das dificuldades, cabe destacar que a atual administração vem dando continuidade a este esforço, inclusive com uma marcante aceleração do processo. Queria lembrar que outra iniciativa, que tomou quase os 4 anos de meu mandato, foi incentivar o diálogo com os centros acadêmicos. Logo que tomei posse, convidei o pessoal dos centros acadêmicos para discutir a questão dos espaços destinados aos centros, e daí surgiu um documento intitulado Termo de Regulamentação de Uso, cujo objetivo era regularizar esses espaços e tornar os centros acadêmicos parte integrante da Faculdade.

DCS: Qual foi a reação da Direção à greve estudantil de 2002?

FHA: As primeiras reações foram de cautela, mas ao mesmo tempo procuramos mostrar que víamos a reivindicação como sendo justa. Pelo Anuário Estatístico da USP era possível ver que os alunos tinham razão, seja pela relação professor/aluno da Faculdade em relação à USP, seja pela

relação entre espaço e número de pessoas da Faculdade. No episódio que ocorreu na Bial do Livro daquele ano, declarei-me favorável à reivindicação quando fui entrevistado por um jornal logo após uma palestra. Acredito que o apoio dado pela Direção, pela Congregação e pela grande maioria dos professores à greve foi fundamental para que as reivindicações fossem em certa medida atendidas.

DCS: Sua sucessão se deu no meio da greve.

FHA: Sim, pois há um calendário rígido quando se trata da eleição de Diretores, que não pode levar em conta fatores externos como greves.

DCS: E como foi essa eleição?

FHA: Havia 2 candidatos declarados, os professores Leonel Itaussu, da Ciência Política, e Sedi Hirano, da Sociologia. Como é de praxe na Faculdade, realizamos uma consulta à comunidade, na qual o professor Leonel não conseguiu a maioria dos votos, retirando sua candidatura logo em seguida. Dessa maneira, no dia da eleição havia apenas um candidato efetivo, o professor Sedi Hirano.

DCS: O senhor apoiou algum dos candidatos?

FHA: Apoiei a ambos, como apoiaria também outros, se houvesse mais candidatos, pois minha função como Diretor era a de garantir a legalidade e a legitimidade da eleição, dando espaço para todos os candidatos nas discussões e debates. Qualquer outra postura seria, na minha visão, uma interferência indevida na plena autonomia da comunidade e do colégio eleitoral.

SEÇÃO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO,
ALUNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM PROJETO SOBRE OS 70 ANOS DA FFLCH,
SOB A ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR SEDI HIRANO



Essa seção trará, por mês, entrevistas com professores de cada um dos departamentos da FFLCH. O primeiro entrevistado é José Carlos Garbuglio, professor aposentando de Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Formado em Letras Clássicas pela antiga FFCL, tornou-se professor da Faculdade de Filosofia em 1967, onde permaneceu até 1989.

Daniel Cantinelli Sevillano: Professor, eu gostaria que o senhor me falasse um pouco de sua formação acadêmica.

José Carlos Garbuglio: Eu sou formado em letras clássicas pela antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, em 1960. Fui aluno de alguns professores pelos quais eu mantenho até hoje admiração e respeito. Constituíam a “velha guarda” da Faculdade de Filosofia, que mantinha uma estatura mental, uma estatura intelectual de altíssimo nível, coisa que a Faculdade infelizmente foi perdendo e, com isso, se

enfraquecendo ao longo dos anos, com o estapafúrdio argumento de que era preciso abrir as portas às massas.

Em 1962, eu fui trabalhar na recém-criada Faculdade de Filosofia de Assis, que contou com um grande número de professores da FFCL-USP em seus quadros docentes. Professores de boa qualidade e que estavam “em disponibilidade”, na ocasião. Em 1967 eu voltei para São Paulo, para trabalhar na área de literatura brasileira, em momento de crise e dificuldades que tendiam a se avolumar em função, basicamente, da abertura que começava a tomar conta da Filosofia, provocada pelo clima político vivido pelo País e que depois desaguou na ditadura militar.

Em 1968, nós tivemos aqueles acontecimentos na Maria Antonia, que eu acompanhei desde o início até o fim. Logo depois, defendi minha tese de doutorado e, alguns anos depois, fiz minha livre-docência, continuando com os concursos para professor-adjunto e para titular. Nesse meio tempo, sai do país em 3 ocasiões para lecionar em universidades francesas, em Rennes, Lyon e Montpellier. Foi um período muito bom, pois permitiu conhecer outros centros universitários de ensino, outra realidade escolar, assim como constatar a debilidade de nosso sistema. Provocou, no entanto, algumas conseqüências desagradáveis no meu relacionamento com a Faculdade e, principalmente, no relacionamento de ordem acadêmica, porque tudo se transformou muito depressa na Faculdade. Com aquela necessidade de abrir as portas para todo mundo, o nível despencou, os atritos vieram à superfície e a profissão de professor desabando para uma espécie de profissão de 5ª categoria. Daí, aquela velha história: ou a pessoa se torna professor porque tem uma grande vocação ou faz porque não tem absolutamente mais nada para fazer, nenhum objetivo em mira. Creio que as conseqüências, hoje, estão à vista de todos.

DCS: A Faculdade mudou nesses anos?

JCG: Acho que as coisas mudaram muito. Não posso esquecer que a minha turma em letras clássicas tinha 7 alunos, mas, tempos depois, quando eu me tornei professor, cheguei a dar aula, como já disse, para uma classe de 543 alunos, um negócio totalmente inviável, para não dizer, arremata loucura.

Logo que a Faculdade foi despejada da Maria Antonia e veio para o campus nós éramos, em Literatura Brasileira, apenas 3 professores para dar aula para verdadeiros batalhões de alunos naqueles barracões improvisados. Eu cheguei a dar aula aos domingos para completar o calendário escolar.

Isso implica uma enorme mudança na Faculdade de Filosofia. Nos meus tempos de aluno, nós tínhamos bons professores, respeitados e dedicados. Claro, podiam se dedicar,

sobretudo porque as turmas eram pequenas, havia interesse e participação maior dos alunos. Eu diria que era um pessoal que tinha a vontade de fazer as coisas, vontade de acertar, uma espécie de compromisso mais estreito com a instituição, com o ensino e com os futuros colegas.

DCS: O senhor poderia me falar um pouco sobre os acontecimentos na Maria Antonia?

JCG: Olha, a história da Maria Antonia é muito curiosa. Desde antes do golpe de 64, havia uma rixa entre os alunos da Filosofia e do Mackenzie. Com o golpe, a Universidade Mackenzie, que agregava aquilo que havia de conservador em São Paulo, se opôs a todo o estardalhaço que se fazia na Maria Antonia. Mas os fatos de 68 começaram de uma forma curiosa mesmo: havia na rua um grupo de estudantes secundários filiados à UNE, creio eu, que estava fazendo pedágio, e aquilo criou problemas de vária ordem, especialmente de trânsito e, em conseqüência, buzinaço e muita confusão. A partir de certo momento, os estudantes do Mackenzie começaram a agredir esses estudantes, que foram se esconder no prédio da Filosofia, que daí se tornou o alvo de todo tipo de ataque, até da Polícia Militar. A frustração dos que não conseguiram entrar na USP tinha, enfim, pretexto para a esperada revanche, com a devida cobertura. Até hoje tenho sobressaltos ao lembrar que, enquanto o patrimônio público era destruído, o particular, no caso o Mackenzie, era guardado e protegido, inclusive e principalmente por quem tinha obrigação de guardá-lo e protegê-lo. Com tudo isso, o prédio foi praticamente destruído, livros e muitos outros objetos foram roubados, e ficou impossível de se lecionar naquele espaço. Oficialmente protegida, a hostilidade se fazia presente em todos os recantos. Foi o dado básico para fragilizar a Faculdade de Filosofia, dobrar sua resistência e quebrar sua espinha dorsal.

DCS: Como vocês ficaram alojados na Cidade Universitária?

JCG: Na cidade universitária, nós começamos a dar aulas no prédio de Geografia e História, até em finais de semana, isto é, sábados e domingos, para cumprir o programa e tentar, de algum modo, que os alunos não perdessem o ano letivo. Depois, fomos deslocados para uns barracões imundos, onde hoje fica o Instituto de Psicologia e, durante a gestão do Reitor Miguel Reale, foram construídas as colméias, onde as aulas passaram a ser ministradas, enquanto nossos gabinetes de professores ficavam nos prédios do CRUSP. Existe, neste lance, um problema até hoje em suspenso. Ciências Sociais e Filosofia se encontravam na mesma situação das Letras, mas

seus docentes se negaram a ocupar o espaço destinado a alojamento de alunos. Com esse ato de resistência, conseguiram, desde então, a construção do espaço apropriado, onde se encontram até hoje.

Esse período, de incertezas e improvisações, foi marcado por um aumento impensado do número de alunos, sem o correspondente aumento do número de professores. Professores de algumas matérias básicas chegaram a dar aula para mais de 500 alunos. Eu fiz questão de guardar aquela famosa lista com 543 assinaturas. A partir disso, os professores e os alunos começaram a fazer pressão sobre a Reitoria, até que, na década de 70, foi contratado um bom número de professores, suprimindo uma carência que se fazia assustadora. Resgatava-se, deste modo, parcela da dignidade ofendida, mas as lições permaneceram.

DCS: Como foi a construção do prédio de Letras?

JCG: Quando se construiu o prédio de Letras, com a experiência e as marcas anteriores ainda presentes, os professores procuraram os arquitetos do Fundo de Construção da Cidade Universitária responsáveis pelos projetos dos prédios de Letras, para que as salas construídas tivessem uma capacidade máxima de 50 alunos. A idéia predominante era não permitir a construção de salas que comportassem mais de 50 alunos, mas parece que ultimamente a coisa degingolou de novo. Ouvi dizer que tem professor dando aula para 100, 150 alunos. Não sei como e não sei onde. Verdade que, no meio de tudo isso, existem fatores mais delicados que teriam de ser revistos e tratados com mais rigor: a ausência constante de certos professores, por exemplo...

DCS: Professor, seria possível verificar, na década de 70, que os departamentos de Letras eram excluídos das decisões da Faculdade?

JCG: Eu não diria na Faculdade, mas na Universidade com certeza. O problema das Humanas na USP foi sempre o problema de marginalização dos mais fracos. Você sabe, a USP até hoje é dominada pelas 3 unidades mais tradicionais, Direito, Medicina e Politécnica, que são quem manda até hoje na universidade com seus aliados históricos. Enquanto a Faculdade de Filosofia se degladiava para acertar departamentos inchados artificialmente, sobretudo depois da reforma da USP. Aquelas escolas simplesmente transformaram cada uma das suas antigas "cadeiras" em departamento. Seria como se fizéssemos aqui um departamento para cada disciplina. Seria uma solução? Letras, dentro da Filosofia, sempre foi vista como sendo

uma coisa secundária, seja em relação aos outros departamentos, seja em relação à própria Direção da Faculdade. Eu acho que sempre faltou um pouco de unidade às Letras, um pouco de convicção de que a nossa tarefa é importante. Eu acho que falta um pouco de coragem, um pouco de capacidade de luta.

DCS: O senhor acha que Letras é apoliticada?

JCG: No sentido mais abrangente, de lastro, com certeza, e a apoliticização das Letras resulta na sua falta de convicção, que gera fraqueza, insegurança. Mas é preciso ver se esse é um problema só da USP ou de outras universidades; se, em outros países, Letras também é rebaixada. Eu lecionei na França e não vi nada diferente do que acontece aqui, a não ser a seriedade com que os professores lá encaram seu trabalho, o que precisaria ser discutido aqui.

DCS: Eu queria saber do senhor sobre aquele movimento de quase separação da FFLCH que surgiu no final dos anos 80.

JCG: Esse movimento surgiu dentro do DLCV por uma questão prática: nosso departamento tinha mais de 100 professores, enquanto outros departamentos tinham 6, 7 professores. Nosso departamento não tinha a menor condição de trabalhar como um departamento. O inchaço do departamento, com mais de 10 áreas, nos levou a querer essa divisão, que implicava na própria divisão da Faculdade. Felizmente, isso não aconteceu, porque essa divisão levaria necessariamente a um enfraquecimento ainda maior da área de Letras.

Eu acho que os departamentos da Faculdade deveriam se dividir, e não a Faculdade.

DCS: Como aconteceu com o Departamento de Letras Orientais.

JCG: Ai você coloca outro problema, o do DLO. Você sabe como esse departamento foi criado? Quem que criou, com base no quê? Aquilo era um saco de gatos, uma criação intempestiva e unilateral. O professor Eurípedes Simões de Paula foi quem criou esse departamento; provavelmente para atender a amigos dele, ele criou uma série de disciplinas que não tinham nada a ver com a Faculdade de Filosofia. Essas disciplinas foram criadas na História, que logo se libertou desse problema e emperrou o abacaxi, transferindo-o para Letras. Tudo isso foi criado, creio eu, intempestivamente, sem discussões, sem verificar a necessidade e a oportunidade.

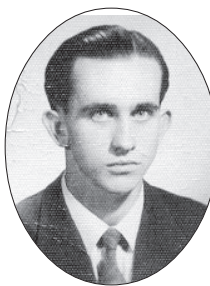
Eu gostaria de reafirmar que Letras incomodava os outros departamentos da Faculdade, e eles queriam se libertar desse incômodo. E é mentira afirmar que Letras votava sempre contra os demais departamentos, porque os departamentos de Letras não tinham nenhuma unidade.

Para terminar, eu queria dizer que a separação provavelmente liquidaria as áreas de Letras, porque são departamentos frágeis, sem muita capacidade de luta. Suportados, desde que fiquem nos seus cantos, sem incomodar nem perturbar, a acomodação que tomou conta da USP.

SEÇÃO DE FOTOS



PROFESSOR
EMÉRITO
DLO



PROFESSOR
EMÉRITO
DLCV



PROFESSOR
EMÉRITO
DLCV

ESPAÇO DISCENTE

CALOUROS – 2004

CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULA

A efetivação da matrícula dos candidatos convocados em 1ª, 2ª e 3ª chamadas estará sujeita à confirmação da matrícula, que deverá ser feita pessoalmente pelo ingressante ou por procuração, no mesmo local em que efetuou a sua matrícula, nos dias **10 e 11 de março de 2004, das 9 às 20 horas**.

O não comparecimento do interessado implicará o cancelamento automático da vaga obtida e conseqüentemente a exclusão de qualquer eventual convocação posterior.

REMANEJAMENTO

Poderá concorrer ao remanejamento, de acordo com a carreira e opções de cursos constantes na ficha de inscrição, somente o candidato que for chamado e efetuar sua matrícula na 2ª opção de curso, e assinalar no formulário “opção de matrícula” as possibilidades: desistente (D) ou matriculado (M).

O pretendente a remanejamento deve acompanhar a divulgação de todas as chamadas, nos Postos Oficiais de divulgação, para comparecer e efetuar uma nova matrícula, no dia designado no manual da Fuvest. Se o candidato solicitar o remanejamento e não cumprir os procedimentos necessários, ficará definitivamente excluído do Concurso Vestibular.

CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DE VAGAS NA USP

Os seguintes casos serão motivos de cancelamento automático de vagas na USP:

- A) Se verificada a matrícula concomitante, em cursos de graduação da USP e de outra instituição pública de ensino superior;
- B) Se o aluno for reprovado por frequência, em todas as disciplinas em que se matriculou, em qualquer um dos dois semestres do ano de ingresso;
- C) O não comparecimento no período determinado para confirmação de matrícula.

Em caso de dúvidas procure a Seção de Alunos ou acesse o site: www.ffch.usp.br/graduacao

O QUE É COMISSÃO DE ESTÁGIOS?

POR RODOLFO VIANNA

Criada em 2001, a Comissão de Estágios têm como função o acompanhamento das atividades de estágios desenvolvidas por estudantes da FFLCH como também avaliar os planos de atuação do aluno junto a empresa ou instituição que irá utilizar seu trabalho.

Composta por um docente de cada curso da Faculdade, sendo eleito pela Comissão de Graduação um membro para assumir o cargo de Supervisor Geral de Estágios por um mandato de 2 anos, a comissão tem no total mais de mil e duzentos estágios supervisionados, incluindo os já encerrados.

Aos interessados, a Comissão explica que “em primeiro lugar, para que um estudante possa fazer estágio em alguma instituição ou empresa, é preciso que esta firme um convênio com a universidade no qual se estabelecerão as obrigações, deveres e direitos, tanto das empresas ou instituições, como dos estagiários”. O convênio tem prazo de vigência de no máximo cinco anos, podendo ser renovado. A empresa ou instituição deverá designar um funcionário como supervisor do estágio, que não pode ultrapassar 40 horas semanais.

Segundo a resolução USP nº 4850, “os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”, nem sempre, contudo, é possível ao estudante um estágio com tamanha familiaridade com seu curso de origem. A própria Comissão de Estágios tem ciência disso, acreditando que em algumas vezes “o aluno se contenta

com uma atividade de estágio que se aproxime minimamente disso, visto que, de fato, a conjuntura econômica extremamente desfavorável vem fazendo do estágio uma quase necessidade”. E continua, dizendo que “a comissão se vê então diante de uma situação delicada: não pode permitir que o estágio perca completamente seu sentido formador, presente no ideal que o criou, mas não pode fechar os olhos para a difícil realidade que se impõe ao aluno”. Assim, ela procura preservar a exigência de compatibilidade entre os conteúdos dos cursos dos estudantes e as atividades de estágios propostas, tentando evitar que estes se transformem em sub-empregos.

A atual Comissão de Estágios é formada pelos professores: Departamento de Filosofia: prof. Dr. Roberto Bolzani Filho (Coordenador Geral); prof. Dr. Caetano Ernesto Plastino (Suplente). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas: profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (Titular); Departamento de Letras Modernas: profa. Dra. Olga Alejandra Mordente (Suplente). Departamento de História: profa. Dra. Sylvia Basseto (Titular); prof. Dr. Flávio de Campos (Suplente). Departamento de Geografia: prof. Dr. Tarik Rezende de Azevedo (Titular); prof. Dr. Jurandyr Luciano Sanches Ross (Suplente). Departamento de Sociologia: prof. Dr. Álvaro de Aquino e S. Gullo (Titular); profa. Dra. Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins (Suplente).

**Maiores informações podem ser obtidas pelo
telefone 3091 - 4692**

A GUARDA UNIVERSITÁRIA E O CAMPUS CAPITAL

A Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, no Butantã, possui uma área de 4.420.284,41 m², com uma média de 100 mil pessoas circulando a cada dia. A Guarda Universitária é o órgão básico de segurança do Campus.

Ligada à prefeitura do Campus Capital, oferece à comunidade universitária um serviço de segurança comunitária desde 1983. Conta com um infra-estrutura de 70 guardas, divididos em três turnos, além do apoio da Polícia Militar, de 600 vigias das unidades e de dispositivos de segurança eletrônica.

Em 2003, a USP fundou os Grupos de Estudos Técnicos de Segurança (GETS), com a iniciativa de propor mu-

danças no sistema de segurança preventiva, promovendo uma cultura de prevenção e novas técnicas de proteção. O grupo visa também a formação de agentes para segurança comunitária com a proposta de atender às universidades. Sua sede localiza-se na Prefeitura do Campus da Capital.

A Guarda Universitária está localizada na Av. Prof. Almeida Prado, 1280, na Prefeitura do Campus da Capital. Conta também com um posto avançado na Av. Prof. Luciano Gualberto esquina com a travessa J (no bolsão dos bancos). Fone: 3091 3222 / 4222. E-mail: adm014_pco@recad.usp.br Site: www.usp.br/vigilancia.

Caro(a) calouro(a),

A partir de hoje, a nova madrinha do seu saber é a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, a já vulgar FFLCH (lê-se fêfêléchi). Porém, a importância deste fato pode estar, em você, ainda um tanto quanto envolta pelo alívio de ter, simplesmente, passado pelo exame vestibular. Independente do curso por você escolhido, agora suas preocupações e seu empenho se voltarão substancialmente para uma instituição de ensino superior das mais renomadas do mundo. Ao completar 70 anos de existência juntamente com a Universidade, para a qual inclusive foi criada no intuito de se constituir enquanto *célula mater*, a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em seu desenvolvimento consolidou-se como uma peça basilar na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Com o passar do tempo, perceberás, calouro(a), que a importância de teu feito não está no reconhecimento provindo dos teus amigos ou familiares, mas no entendimento efetivo da necessidade de se continuar concebendo esta instituição, como uma ampla possibilidade de formações menos tecnicistas e mais voltadas às inquietações críticas e humanísticas em nossa sociedade. Que todo o peso conferido ao nome de nossa Universidade não pode estar meramente ligado à diversidade e à quantidade de pesquisas e artigos produzidos, mas sim à imperatividade das proposições úteis, de fato, a todos os que contribuem para a manutenção deste estabelecimento público de ensino; que, por estes e outros motivos, necessita veementemente de sua participação em todos os conselhos e comissões gestoras, afim de fazer presente e ativa a minguante voz do corpo estudantil.

Mas a sua verdadeira importância, é você quem deverá descobrir.

A priori, calouro(a), comemore bastante. Hoje você merece.

DENIS OLIVEIRA E SILVA

Diretor do CEUPES

Centro Acadêmico de Ciências Sociais

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — USP

N. 8 — fevereiro/2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
SDI — SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO — RUA DO LAGO, 717
CIDADE UNIVERSITÁRIA — CEP 05508-900
TELFAX: 3091-4612 — FONE: 3091-4938



O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/ Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: informe@usp.br